

Temer explica que vai combater privilégio de rico pagando a pobre menos aposentadoria

1

REAL
BRASIL

Nas bancas
toda quarta
e sexta-feira

Cachoeira escala
Alexandre Baldy
para o ministério

Primo do marqueteiro de
Temer, Baldy é o “menino
de ouro de Cachoeira”. **P. 2**

HORA
DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.590 22 e 23 de Novembro de 2017

★

★

★

★

★

Deputados que apoiam reforma da previdência são a cara do pilantra: Trabalham pouco, ganham muito, se aposentam cedo e roubam mais

A campanha do governo pelo ataque à Previdência Social, apresentando o corte de direitos dos trabalhadores como “corte de privilégios”, é a mais cínica e despudorada que já foi feita no país. Que “privilégios” a “reforma” de

Temer pretende cortar? O de Temer, que recebe R\$ 45 mil, depois de se aposentar, aos 55 anos, como promotor em São Paulo? Ou de algum caso equivalente no serviço público federal? Com certeza, não. O que esses achacadores querem é desviar os recursos que hoje

estão na Previdência para os parasitas e pistoleiros do setor financeiro: bancos, fundos estrangeiros e demais especuladores. Como se Temer & quadrilha fizessem outra coisa, além de – pelo roubo e pelo servilismo – ir atrás de privilégios. **Página 3**

Contratação de temporários fica abaixo da média, aponta Caged



MP-RJ pede a anulação da sessão que soltou Picciani, Paulo Melo e Albertassi

Fux: decisão da Alerj foi “vulgar”, “promíscua” e deverá ser revista

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, classificou como “lamentável”, “vulgar” e “promíscua” a decisão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de soltar os deputados estaduais do PMDB, Jorge Picciani, Paulo Melo e Edson Albertassi. Ele destacou que a Alerj não poderia ter decidido sem ter consultado o Judiciário. **P. 3**

Governo inglês faz pressão e Temer dá tudo à petroleira BP

Para o professor da USP, Ildo Sauer, “todos os contratos desde Libra têm que ser todos anulados”. **Página 2**

Argentina busca seus 44 submarinistas em comoção e esperança

Famílias dos tripulantes do submarino argentino desaparecido se concentraram na base naval de Mar del Plata, enquanto prosseguem as buscas para a localização de um submarino que submergiu no dia 13 e está sem comunicação. **Página 6**



Em outubro, o emprego com carteira registrou a criação de 76.599 vagas, segundo números do Caged, divulgado na segunda-feira. Houve comemoração nas hostes do governo, mesmo sem motivo. Primeiro porque a

criação de 76.599 postos de trabalho em outubro ficou abaixo da média (83.234 vagas), para o mês, desde 2003. Segundo, porque a criação dessas vagas formais se deu, sobretudo, em trabalho temporário. **Página 2**

Uma mala não é muito, mas os R\$ 500 mil que estavam no seu interior dispensam comentários

A mala em questão continha R\$ 500 mil reais e foi entregue por Ricardo Saud, da JBS, para o assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures, o “deputado da

mala”. Loures foi filmado pela Polícia Federal, saindo correndo de uma pizzaria em São Paulo. Temer indicou Loures como seu homem de confiança. **P. 3**

PPL inicia campanha à presidência: “Chega de roubalheira e recessão!”

Partido decidiu em reunião do seu Diretório Nacional intensificar a luta contra a política antinacional e antipopular do

governo Temer, que começou no primeiro mandato de Dilma Rousseff, e preparar seus militantes para as eleições de 2018. **Pág. 3**

Novo lança banqueiro João Amoedo

O Partido Novo anunciou no sábado a candidatura de João Amoedo à Presidência em 2018. O anúncio foi feito no encontro

nacional do partido, em São Paulo. Ele foi vice-presidente do Unibanco e do conselho de administração do Itaú-BBA. **P.3**

Atos e shows marcam o Dia da Consciência Negra em todo o país

O Dia da Consciência Negra foi comemorado em todo o país com atos, marchas, shows, de-

bates, exposições e homenagens de todo o tipo, na segunda-feira (20 de novembro). **Página 4**

Caged: contratação de temporários em outubro ficou abaixo da média

Em outubro, o emprego com carteira registrou a criação de 76.599 vagas, segundo números são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado na segunda-feira (20) pelo Ministério do Trabalho. Houve comemoração nas hostes do governo, mesmo sem motivo. Primeiro porque a criação de 76.599 postos de trabalho em outubro ficou abaixo da média (83.234 vagas), para o mês, desde 2003. Segundo, porque a criação dessas vagas formais se deu, sobretudo, em trabalho temporário, notadamente no comércio (37.321 vagas).

Há que se registrar também que dois oito setores, analisados pelo Caged, apenas três ficaram positivos: além do comércio, indústria de transformação (33.200 postos) e serviços (15.915). Os outros cinco ficaram negativos, com destaque para construção civil (-4.764 empregos) e agropecuária (-3.551).

Com a manutenção da política de corte de investimentos e juros altos, passado os festejos de final de ano – assim como ocorreu com a agricultura após o período da safra –, o resultado da geração de emprego no setor de comércio não se sustentará, ainda mais com a entrada em vigor da lei de escravidão trabalhista de Temer.

De janeiro a outubro, houve a geração de 302.189 vagas celetistas e no acumulado dos últimos 12 meses houve fechamento de 294.305 de empregos formais.

Temer nomeia para ministério ‘menino de ouro de Cachoeira’

No troca-troca de ministros para garantir a aprovação do ataque à Previdência no Congresso Nacional, Michel Temer escolheu para seu ministro das Cidades, no lugar de Bruno Araújo (PS-DB-PE) que pediu demissão, o deputado Alexandre Baldy (GO).

Atualmente sem partido, Baldy é primo do marqueteiro de Temer, Elsinho Bocó, e teria sido indicado para o cargo pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Baldy foi citado, em 2012, no relatório da CPI que investigou as relações do empresário de jogos de azar Carlinhos Cachoeira com políticos. O relatório apontava Baldy, então secretário da Indústria e Comércio do estado de Goiás no governo Marconi Perillo (PSDB), como o “menino de ouro de Cachoeira”.

Na época, o relatório que dizia que a relação do novo ministro das Cidades com Cachoeira era “quase familiar” foi arquivado na CPI. O texto aprovado não indicava ninguém. “Essa próxima e próspera ligação entre o secretário [Baldy] e membros

do grupo criminoso chega ao ponto de Alexandre Baldy declarar que tem uma relação ‘quase familiar’ com Cachoeira”, dizia o relatório.

A informação é do jornal Folha de São Paulo, publicada na segunda-feira (20)

Atualmente, Baldy é o presidente da Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético.

SAQUEADOR

Cachoeira foi preso em fevereiro de 2012, quando a Operação Monte Carlo foi deflagrada pela Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). Foi solto em 11 de dezembro do mesmo ano.

No dia 30 de junho deste ano, Cachoeira foi novamente preso pela Operação Saqueador da PF e do MPF, que apurava lavagem de dinheiro e desvio de verbas em obras públicas. Deflagrada em junho de 2016, a investigação apontou um esquema que desviou R\$ 370 milhões de cofres públicos.

Em agosto, sua prisão preventiva foi convertida em domiciliar, em condomínio de luxo em Goiânia.

‘Recuperação’ deixa 26,8 milhões os trabalhadores sem emprego



Marcelo G. Ribeiro/JC

Ildo Sauer: lobby da Shell no pré-sal só foi possível porque Dilma entregou Libra

O professor Ildo Sauer, vice-diretor do Instituto de Energia e Ambiente da USP e ex-diretor de Gás e Energia da Petrobrás, denunciou o lobby feito por autoridades do governo inglês junto a integrantes da administração Temer para que a BP, a Shell e a Premier Oil obtivessem vantagens indevidas em contratos de exploração de óleo e gás na área do pré-sal brasileiro. “O ministro inglês teria visitado o Ministério das Minas e Energia e fizeram aí essa medida provisória que isenta de impostos as importações dessas empresas. O que significa isso? Significa acabar com os parcos benefícios que ainda sobravam para o país”, assinalou Ildo.

“O custo de produção de um barril de petróleo é dez dólares e o valor de venda está a 50 dólares. Esses dez dólares significam o custo de infraestrutura para produzir. Quando se reduz os impostos sobre isso, os recursos que iriam para os estados e municípios e para o governo federal são reduzidos. Você tira dinheiro público e deixa como lucro privado. Parece que a pressão do governo britânico funcionou em benefício da Shell, que é uma empresa anglo-holandesa”, afirmou Sauer.

“Eu volto a defender que todos os contratos de petróleo feitos a partir do governo Dilma, a partir de Libra, têm que ser todos anulados. A Shell aumentou seu interesse no pré-sal depois de Libra. Ela comprou a British Gás, que era dona da Congás de São Paulo, porque a British Gás passou a deter 25% do Campo de Libra, com 8 bilhões de barris. Portanto, ela detinha 2 bilhões de barris”, argumentou o professor.

“Essa é a maior reserva da Shell, que não consegue reserva em lugar nenhum do mundo. Nenhum país, a não ser aqueles com situação política muito debilitada, está leiloando reservas. Só o Brasil e alguns países



“Contratos desde Libra devem ser anulados”

da África, tipo Angola, Moçambique e Nigéria e, ainda assim, o fazem em contratos de serviço, com produção compartilhada. Ninguém mais está fazendo o que Brasil está fazendo”, acrescentou Ildo Sauer.

“Isso tudo foi feito pelos quadrilheiros, junto com o PT. Tudo tem que ser debitado na conta do Partido dos Trabalhadores e, especialmente, da Senhora Dilma Rousseff, que instituiu essa forma de organizar leilões para entregar o petróleo de Libra”, denunciou. “Os quadrilheiros de Temer apenas aprofundaram o processo. Eles não têm vergonha nenhuma. Então o que tem que ser dito para esse ministro e para o governo brasileiro é que qualquer governo legítimo que venha a assumir o poder no país vai ter que anular isso tudo”, destacou o especialista.

Ildo afirmou ainda que isso mostra a face de como eles tratam o patrimônio do povo brasileiro “que poderia ser o seu passaporte para o futuro”. “Estão assaltando o futuro brasileiro na área do petróleo”, alertou.

Sobre a redução da exigência de um índice de conteúdo nacional no processo de produção de petróleo, que foi afrouxada, o professor Ildo Sauer disse que o objetivo é o mesmo. “Não pagam impostos pelas importações e reduzem o conteúdo

nacional, e o que sobra é muito pouco”, assinalou.

“Eu sempre disse que o conteúdo nacional é importante porque gera emprego aqui dentro, os impostos são importantes, mas o que é mais importante é o valor que o petróleo trás consigo quando ele é produzido e vendido, em acordo com a OPEP e a Rússia e os demais parceiros, garantindo um preço mais elevado. Isso gera mais renda para o país”, frisou Ildo Sauer. “O importante mesmo”, prosseguiu, “é a quanto se vende o barril e quanto fica para o poder público”.

Ildo ressaltou que esses grupos avançam sobre os recursos que seriam do povo brasileiro em benefício dos lucros das multinacionais do petróleo “que estão sem acesso em lugar nenhum depois que a OPEP, após uma longa trajetória de mais de 50 anos, passou a controlar as reservas de petróleo em benefício dos interesses nacionais dos países”. “Um governo como o de Temer, atender a uma autoridade inglesa que vem aqui fazer lobby só mostra o quanto esse governo é ilegítimo e quanto ele não representa o povo brasileiro”. “Esse governo tomou o poder eliminando o seu sócio anterior que não era muito diferente. Tudo isso é uma briga entre ladrões, bandidos, todos contra o interesse público”, denunciou.

SÉRGIO CRUZ

Procuradora-geral da República defende prisão para condenados em 2ª instância

A Procuradora-Geral da República, Raquel Dogde, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF), na quinta-feira (16), parecer defendendo a prisão para os condenados em segunda instância, mesmo que estes recorram ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e ao próprio STF.

Dogde argumenta que até a segunda instância “os juízes aferem se houve culpa do acusado, com análise de fatos e provas, enquanto que nas instâncias superiores somente se analisam questões jurídicas” e que a incessante interposição de recursos pela defesa se

presta a postergação do trânsito em julgado até a prescrição da pena e que isso reforça o sentimento de impunidade.

Para a procuradora-geral, deixar o condenado recorrer até a última instância em liberdade seria um “tríplo” retrocesso: “Traz instabilidade na atual jurisprudência, alonga os processos criminais e fere a credibilidade da Justiça”.

O STF em 2016 estabeleceu jurisprudência pelo cumprimento de penas após a segunda instância, mas, algumas decisões, “já vêm sofrendo tempestades por parte de

alguns ministros, de modo que já se antevê a revisão deste entendimento”, diz a procuradora-geral.

O ministro Gilmar Mendes, que votou, em 2016, favorável a pena, soltou da cadeia nove réus já condenados em 2ª instância, resultado da Operação Lava Jato no Rio de Janeiro, além de livrar da cadeia Eike Batista e Jacob Barata o “rei do ônibus”.

A questão voltará a ser discutida no Supremo em razão de duas ações apresentadas pela Ordem de Advogados do Brasil (OAB) e pelo Partido Ecológico Nacional (PEN).

Taxa de subutilização subiu para 23,9% no terceiro trimestre na comparação com o trimestre anterior, segundo PNAO Continua

A taxa de subutilização da força de trabalho no país que agrega os desempregados, os subocupados por insuficiência de horas e os que fazem parte da força de trabalho potencial, aumentou no terceiro trimestre deste ano em relação ao trimestre anterior, segundo a pesquisa Pnad Contínua do IBGE, divulgada na sexta-feira (17). São 26,8 milhões de trabalhadores sem emprego no país. No segundo trimestre, eram 26,3 milhões nessa condição.

A taxa subiu de 23,8%, mais precisamente 26 milhões e 337 mil pessoas, para 23,9% (26 milhões e 762 mil) significando que mais 425 mil trabalhadores ficaram no abandono com a fantasiosa “recuperação” de Temer e Meirelles. Em relação ao terceiro trimestre do ano passado, o aumento ainda foi maior, a taxa pulou de 21,2% para 23,9%.

O aumento da taxa de subutilização do emprego reflete a estagnação da economia. Por mais que o governo Temer comemore e tente levar o país na base de um falso otimismo, a produção industrial patina (0,2%) em setembro; as vendas no comércio varejista estão paradas, de agosto para setembro subiram apenas 0,5% no país, depois de recuar 0,4%. E o setor de serviços caiu pelo terceiro mês consecutivo: julho (-0,8%), agosto (-1,0%) e setembro (-0,3%).

Só podem ser cínicos aqueles que, jogando no chão as taxas de investimento público, cortando renda e direitos sociais dos trabalhadores, em suma, fazendo encolher ainda mais o já minguado mercado interno brasileiro, propalam aos quatro cantos que a economia vai muito bem obrigado.

Esses resultados revelam que um maior número de pessoas estão na

informalidade, fazendo biscates, bicos, para enfrentar a crise econômica que arrasa milhões de famílias brasileiras, que além do desemprego se deparam com os sucessivos aumentos no botijão de gás e na conta de luz.

No trimestre julho-agosto-setembro, a taxa de desemprego (“taxa de desocupação”) foi de 12,4%, o que abrange 13 milhões de pessoas - fora os subempregados. Na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, quando havia 12 milhões de desocupados, houve aumento de 7,8% (mais 939 mil de pessoas desocupadas na força de trabalho).

O contingente de empregados formais (exceto trabalhadores domésticos) foi estimado em 33,3 milhões de pessoas no terceiro trimestre, praticamente o mesmo número do trimestre abril-maio-junho. No confronto com o trimestre de julho a setembro de 2016, houve queda de 2,4% (-810 mil pessoas).

No período, os empregados no setor privado sem carteira de trabalho assinada (10,9 milhões de pessoas) cresceu 2,7% em relação ao trimestre anterior, representando um incremento de 288 mil pessoas. Ante o mesmo trimestre de 2016, registrou aumento de 6,2%, um adicional de 641 mil pessoas.

Já os trabalhadores por conta própria foi estimado em 22,9 milhões de pessoas, uma elevação de 1,8% na comparação com o trimestre anterior (abril a junho de 2017), significando a adição de 402 mil pessoas nesse contingente. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o indicador também apresentou variação de 4,8% representando um incremento de 1,1 milhão de pessoas.

A população classificada pelo IBGE como fora da força de trabalho foi estimada em 64,5 milhões de pessoas.

Pezão recebeu R\$ 4,8 milhões em propina, diz operador à PF

O operador Edimar Moreira Dantas afirmou que a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (Fetranspor) pagou R\$ 4,8 milhões em propina ao governador do Rio, Luiz Fernando Pezão (PMDB).

Funcionário do doloire Álvaro José Novis, apontado como operador do esquema de propina do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, o operador gerenciava uma conta criada exclusivamente para o pagamento de propinas. Ele contou, em colaboração premiada, que os repasses aconteceram entre julho de 2014 e maio de 2015, depois que Pezão assumiu o governo, em abril de 2014.

De acordo com o operador, o responsável por administrar o caixa dois da Fetranspor era o conselheiro da entidade José Carlos Lavouras, que repassava,

normalmente, uma vez por mês, a programação de pagamentos a serem feitos. As planilhas entregues aos procuradores trazem anotações com os apelidos “Pé Grande” e “Grande”.

Edimar Dantas explicou que o dinheiro era entregue a um intermediário. Ele disse que em relação aos pagamentos efetuados a Pezão, houve a determinação de José Carlos Lavouras para a entrega para uma pessoa de nome Luís. Diz ainda que soube que os valores seriam destinados a Pezão por conta do apelido Pé Grande.

Segundo o colaborador, foram cinco repasses, com valores que variavam entre R\$ 350 mil e R\$ 3 milhões. Do montante, R\$ 4 milhões foram pagos em julho e agosto de 2014, quando Pezão disputava a reeleição. O restante, R\$ 850 mil, foi repassado em abril e maio de 2015.

PCdoB lança Manuela D’Avila pré-candidata à presidência

Durante o 14º Congresso do PCdoB, realizado no domingo (19) em Brasília, a deputada estadual Manuela D’Ávila (RS) foi lançada pré-candidata a presidente da República.

No discurso, Manuela defendeu juros mais baixos e câmbio e inflação voltados

para o desenvolvimento do Brasil. Pregou também uma nova política industrial de substituição de importações, principalmente nos setores do petróleo, gás, químico e até do agronegócio. “Devemos pensar em um grande plano de obras públicas nas áreas de infraestrutura”, acrescentou.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto

Rua José Getúlio,67, Cj. 21

Liberdade - CEP: 01509-001

São Paulo-SP

E-mail: inc24agosto@uol.com.br

C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 - E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@viahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Filho do ex-presidente João Goulart João Vicente Goulart: É uma canalhice entregar a Eletrobrás

“Não me surpreende em nada qualquer atitude desse governo Temer, um governo ilegítimo, ilegal e entreguista”, afirmou João Vicente Goulart, durante reunião do Diretório Nacional do Partido Pátria Livre (PPL), realizado no último fim de semana, em São Paulo. “A Eletrobrás é mais uma das conquistas do povo brasileiro, conquista do governo João Goulart, inclusive, que está indo para a privatização, ou doação, que o Temer está fazendo aos grande grupos”, assinalou Goulart.

“As conquistas do povo brasileiro, em todas as áreas, tanto na área de energia elétrica como na área de petróleo, como na área de terras, na área fundiária. Hoje no Brasil, estrangeiro pode comprar as dimensões de terra que quiser”, denunciou Goulart. “Não me surpreende em nada”, insistiu. “Nas próximas eleições o povo brasileiro vai ter que tomar uma atitude e rever todas essas medidas, e a Eletrobrás é uma delas, que foram feitas ilegalmente e inconstitucionalmente”, defendeu.

“Não existe outro caminho a não ser rever essas decisões. E um alerta a esses que estão comprando esse patrimônio do povo brasileiro. Eles estão comprando sabendo que tudo pode ser revisto. Eu acho que deve se penalizar, inclusive criminalmente, o que estão fazendo com o patrimônio público brasileiro”, acrescentou João Vicente Goulart. “Eu acho que esse presente não pode ser dado com o suor dos nossos trabalhadores. Estão falando em um lance mínimo de R\$ 6,5 bilhões, quando a Eletrobrás tem dez usinas, e, para fazer uma usina dessas, gasta-se mais do que isso”, denunciou.

“Somos a favor do lucro empresarial, da empresa nacional, defendemos que esse lucro seja utilizado em favor da sociedade, mas o que não concordamos é com esse entreguismo, com essa canalhice contra o povo brasileiro”, prosseguiu. “Estão entregando o petróleo, estão entregando as telecomunicações, a Amazônia, a Eletrobrás. Então, nós defendemos a revisão de tudo isso. Todas essas conquistas que o povo está perdendo e que vão ser colocadas na campanha para a discussão, são conquistas do trabalhismo”, ressaltou. “A CLT, o décimo terceiro, que também é do governo João Goulart, a Previdência, etc, o Povo brasileiro está perdendo os seus direitos trabalhistas e previdenciários e nós vamos rever tudo isso”, completou João Vicente.

Decisão da Alerj é promíscua, diz Fux

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, classificou como “lamentável”, “vulgar” e “promíscua” a decisão da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro de soltar os deputados estaduais do PMDB, Jorge Picciani (presidente da Casa), Paulo Melo e Edson Albertassi. Ele destacou que a Alerj não poderia ter decidido sobre as prisões sem ter consultado o Judiciário.

Suspeitos de formar organização criminosa para desviar recursos públicos, os parlamentares foram presos por decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, mas a prisão foi revogada na sexta (17) por decisão da maioria dos deputados estaduais.

Fux está na Inglaterra para um simpósio sobre arbitragem, na Universidade de Oxford. Antes do evento, concedeu entrevista à BBC Brasil, na qual afirmou que a sultura de deputados estaduais por assembleias “certamente” será revista pelo Supremo.

“Eu entendo que essa é uma decisão lamentável decorrente de uma interpretação incorreta feita em razão da decisão do Supremo Tribunal Federal (de dar ao Senado o poder de rever medidas cautelares contra Aécio Neves), por 6 a 5, apertada maioria. Portanto, entendo que a tese dessa decisão vai voltar ao

Partido Novo lança Amoedo

O Partido Novo anunciou no sábado (18) a candidatura de João Amoedo à Presidência da República em 2018. O anúncio foi feito no encontro nacional do partido, em São Paulo.

Amoedo foi vice-presidente do Unibanco e membro do conselho de administração do Itaú-BBA.

Formado em engenharia e administração de empresas, trabalhou no Citibank, BBA-Creditasalt e na financeira Fináustria.

O Partido Novo foi fundado em 2011 com apoio de empresários no Rio de Janeiro e teve o registro aprovado no Tribunal Superior Eleitoral em 2015.

Temer não quer cortar privilégios, quer é assaltar as aposentadorias

André Coelho/AOG



Michel Temer recebe R\$ 45 mil e se aposentou com 55 anos de idade Janot rebate declarações de Segóvia

O ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot, questionou as declarações do novo diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, que criticou a denúncia por corrupção passiva contra o presidente Michel Temer. “A pergunta que não quer calar é: ele se intendeu disso ou ele está falando por ordem de alguém?”, disse Janot na segunda-feira (20).

Após tomar posse, Segovia afirmou que se a

apuração sobre Temer estivesse “sob a égide” da PF, e não da PGR, a corporação pediria mais tempo para avaliar “se havia ou não corrupção”. Disse ainda que “uma única mala” “talvez” seja insuficiente para comprovar se os investigados cometeram crime de corrupção.

“O doutor Segovia precisa estudar um pouquinho direito processual penal”, aconselhou Janot, em entrevista para o jornal “Folha de S. Paulo”.

A mala em questão continha R\$ 500 mil reais e foi entregue por Ricardo Saud, da JBS, para o assessor de Temer, Rodrigo Rocha Loures, o “deputado da mala”, como ficou conhecido. Loures foi filmado pela Polícia Federal com a mala e os R\$ 500 mil, saindo correndo de uma pizzaria em São Paulo pelas ruas. Temer indicou Loures a Joesley Batista, dono da JBS, como seu homem de confiança.

Léo Alves: abuso dos juros extorsivos precisa acabar

O professor e jurista Léo da Silva Alves afirmou, em entrevista à Hora do Povo, durante reunião do Diretório Nacional do Partido Pátria Livre (PPL), realizada no último fim de semana, em São Paulo, que está convicto de que “é hora dos políticos defenderem, mais do que nunca, os valores do nacionalismo e praticarem a defesa da soberania nacional, e buscarem a garantia e a ampliação dos serviços públicos de qualidade para o nosso povo”.

O doutor Léo Alves falou sobre as taxas de juros abusivas praticadas no

Brasil e lembrou que ele acompanhou, como consultor, a feitura da Constituição de 1988. Segundo Leo Alves, uma das preocupações, naquela ocasião, “era exatamente estabelecer um patamar civilizado para os juros”. “Isso chegou a ser feito na Constituinte, mas, a habilidade em interpretar maliciosamente a lei gerou esse verdadeiro caos especulativo. Hoje o país vive da especulação do capital. O capital de fora chega aqui, não para produzir, chega aqui para especular, para levar o sangue e o suor dos brasileiros na forma de juros extorsivos”, denunciou.

O jurista e professor

Diretório do PPL aprova pré-candidatos a presidente

Em reunião de seu Diretório Nacional, ocorrida no último fim de semana, em São Paulo, o Partido Pátria Livre (PPL) decidiu intensificar a luta contra a política antinacional e antipopular do governo Temer e preparar seus militantes para as eleições de 2018. Em seu informe político, o presidente do partido, Sérgio Rubens, salientou que a política neoliberal que vem destruindo o país foi intensificada por Dilma Rousseff e está sendo aprofundada por seu vice, Michel Temer, com apoio do PSDB.

Segundo o dirigente do PPL, “é preciso compreender os motivos que levaram o PT a uma adesão completa às teses neoliberais”. “A crise do centro capitalista, em 2008, que se espalhou pela Europa e Japão, apesar de debilitar o imperialismo, fez com que sua pressão sobre a periferia, para compensar as perdas, aumentasse. O governo do PT não suportou a pressão e acabou sendo vergonhosamente cooptado para defender os interesses dos monopólios financeiros internacionais”, afirmou Sérgio.

“O que havia de positivo no governo Lula, como o fim da Alca, a paralisação das privatizações e alguma retomada dos investimentos públicos, foi abandonado por sua sucessora, e com o seu aval”, acrescentou. “Depois, num ambiente de economia sufocada pelos juros altos, eles decidiram entregar portos, aeroportos, estradas e o setor de energia, inclusive o maior campo de petróleo do mundo, tudo para atrair o capital monopolista estrangeiro, e assim semearam a crise que estamos vivendo”, disse o dirigente do Pátria Livre.

Em seu processo de adesão ao neoliberalismo,

Lula e seu partido passaram, segundo Sérgio Rubens, “a assaltar estatais como faziam os tucanos do PSDB, porém de forma cada vez mais atrevida e grotesca”.

O PPL avaliou que é o momento de lançar uma candidatura própria para a Presidência da República. Uma candidatura que represente uma alternativa a tudo isso que está aí. O partido considera que a crise política, econômica, social e moral que tomou conta do país, tem origem no fato de que os partidos que ocuparam o poder nos últimos 23 anos, primeiro o PSDB, depois o PT e agora o PMDB, defendem hoje o mesmo o projeto neoliberal e que, para se perpetuarem no poder, criaram mecanismos de corrupção de dimensões até então inimagináveis.

Contando com a presença de lideranças de diversos setores da sociedade, entre eles os dirigentes sindicais da COBAP, da CGTB e de entidades como a COBRAPOL (Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Cíveis), a reunião do PPL analisou as alternativas para a disputa presidencial. Esteve também presente na reunião Luís Boudens, presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF).

Quatro importantes lideranças colocaram seus nomes à disposição do partido para uma



Dirigentes do PPL se reuniram em São Paulo

possível candidatura presidencial: Marcelo Monteiro, dirigente do Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-Brasileira, organização partidária em processo de fusão com o PPL; o jurista e professor Léo da Silva Alves, coordenador do Movimento Cívico Nacional; João Vicente Goulart, filho do ex-presidente Jango; e Ildo Sauer, diretor do Instituto de Energia da USP.

O Diretório Nacional decidiu pedir aos quatro para percorrerem o Brasil debatendo com o povo as propostas e alternativas do partido. Esse debate seria mantido até final de março quando, então, será realizado o Congresso Nacional do partido. Neste momento será, então, escolhido o candidato que representará o partido nas eleições presidenciais de 2018.

Foi feito também um debate sobre o caráter antidemocrático dessas eleições, principalmente após a aprovação de medidas como o fundo eleitoral - que destina a quase totalidade dos recursos para os partidos que estiveram envolvidos com os cartéis e seus esquemas de propinas - e as cláusulas de barreira, que visam dificultar ao máximo o trabalho dos novos partidos. O PPL concluiu que está em boas condições de ser vitorioso e de superar todas as barreiras ao seu projeto de desenvolvimento nacional.

SÉRGIO CRUZ

POLÍTICA/ECONOMIA □ 3

Propaganda mentirosa é para pegar distraídos

A marketagem do governo - e as idênticas idiotices proferidas por Temer, Meirelles e porta-vozes do parasitismo financeiro - sobre o ataque à Previdência, apresentado como “corte de privilégios”, é de um cinismo atroz, nauseante e vomitante.

Quem são os privilegiados de que fala Temer e essa nojenta marketagem?

Ninguém foi capaz de apontá-los, em um país onde, no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), dois terços dos trabalhadores se aposentam com um salário mínimo e a média das aposentadorias do outro terço é de apenas dois salários mínimos.

Um patife mais ousado - não necessariamente mais sem vergonha - disse que os “privilegiados” são os que, no serviço público, auferem altas aposentadorias.

Os funcionários públicos não fazem parte do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Então, por que querem atacar sobretudo o RGPS, se o problema não está nele?

Mas, sim, eles também querem achacar o regime próprio dos funcionários públicos, até porque, se dependesse deles, o Brasil não teria Estado, exceto para extrair dinheiro de todo mundo e passá-lo aos monopólios financeiros e outros pistoleros daqui e de Wall Street.

Então, vejamos essa questão dos “privilegiados” com altas aposentadorias no serviço público.

Quanto são? Quem são eles? É impressionante como esses corifeus de um suposto “corte de privilégios” não conseguem responder à primeira questão. Acontece que eles não estão falando de privilégios reais - ainda que possa, ali ou aqui, existir algum. Os privilégios que eles estão a favor de cortar são, inteiramente, fictícios. Eles não estão preocupados com privilégios reais - até porque estes são o que mais querem para si.

Veremos que é assim, ao responder à segunda questão. Quem são os “privilegiados”?

O caso mais notório, hoje em dia, é de um sujeito chamado Michel Temer, que recebe R\$ 45 mil dos cofres do Estado de São Paulo, depois de aposentar-se, em 1996, aos 55 anos de idade, como promotor.

Existe algum dispositivo, na “reforma” de Temer, para reduzir a sua aposentadoria ou a de alguns dos poucos - muito poucos - equivalentes no serviço público federal? Obviamente, não.

Porque o objetivo desses achacadores não é “cortar privilégio” algum, mas entregar o dinheiro que hoje está na Previdência Social para os tubarões e piranhas do setor financeiro - em troca, certamente, de uma obesa comissão, isto é, propina. Ou “graxa”, como se dizia durante a operosa gestão Eliseu Padilha no Ministério dos Transportes.

Temer & quadrilha jamais fizeram outra coisa na vida - se é que se pode chamar assim a essa existência no esgoto - do que ir à cata, bajular, trapacear e roubar para conseguir privilégios. Nem o Código Penal lhes serviu de contenção.

Aliás, vendo as coisas pelo outro lado, hoje, a única barreira que impede Temer e assecas de serem recolhidos à cadeia é, precisamente, o famigerado foro privilegiado.

A mal chamada “reforma da Previdência” significa, exatamente, estabelecer um privilégio - ou aumentar os privilégios - de quem não trabalha sobre quem trabalha. São os que trabalham que devem ser saqueados para que aumente a parcela, na renda do país e no

produto interno, daqueles que não trabalham (e não por falta de emprego, mas por parasitismo).

Além disso, o que é um ladrão do dinheiro e da propriedade pública, como Temer, senão um sujeito que quer ter o privilégio de roubar a todos os outros - a toda a sociedade - para obter mais privilégios?

Que ele, ao fim, não seja mais que um *lumpen*, um marginal - alguém que está à margem e não acima da sociedade - significa apenas que sua atividade é antissocial.

Assim, a marketagem do “corte de privilégios” para assaltar a Previdência é algo tão monstruosamente mentiroso, tão indizivelmente desonesto, tão asquerosamente oposto à realidade (isto é, em completo desrespeito à verdade) que - mesmo considerando a complacência que se tem hoje em relação à propaganda enganosa - seria motivo, fosse qualquer outro o “produto” anunciado, de suspensão da veiculação e punição dos responsáveis. Por muito menos até o Conar, que é um órgão privado das agências de publicidade, já proibiu anúncios na televisão.

Por essa razão, inclusive, a marketagem do governo contra a Previdência fora suspensa por decisão liminar, da juíza Marciane Bonzanini, da 1ª Vara Federal de Porto Alegre - decisão confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), rejeitando recurso da Advocacia-Geral da União (AGU).

No entanto, a presidente do STF, Carmen Lúcia, decidiu a favor do governo, considerando que proibir a divulgação dessa mentirada implicava em “risco de grave lesão à ordem pública administrativa” (cf. *Suspensão de liminar 1.101/RS*, p. 14).

De janeiro até 19/06/2017, o governo Temer gastou, nessa campanha sem vergonha, **100 milhões, 69 mil, 178 reais e 89 centavos**, assim distribuídos:

- 1) TV: R\$ 57.416.694,92;
- 2) Rádio: R\$ 19.340.757,10;
- 3) Mídia Exterior: R\$ 10.719.573,25;
- 4) Internet: R\$ 4.962.299,46;
- 5) Jornais: R\$ 4.571.661,76;
- 6) Revistas: R\$ 3.058.192,40;

TOTAL: R\$ 100.069.178,89 (cf. Palácio do Planalto, Serviço de Informações ao Cidadão, *Resposta ao pedido 00077.000693*, 19/06/2017).

Na última quinta-feira, o governo lançou mais uma campanha de propaganda do ataque à Previdência, dessa vez orçada em R\$ 27 milhões - o que não quer dizer que fique nisso, pois o orçamento inicial da anterior, em que se gastou mais de R\$ 100 milhões, era de R\$ 71 milhões.

Não estamos, evidentemente, sugerindo que essa derrama de dinheiro em publicidade mentirosa esteja servindo para subornar alguém ou algum órgão - muito menos que uma parte desse dinheiro esteja se metamorfoseando em propina. Como todo mundo sabe, essas coisas não existem no atual governo.

Também os R\$ 7,5 bilhões que o governo anunciou, na sexta-feira, que iria “liberar” - dos quais R\$ 593,4 milhões em emendas parlamentares que estavam bloqueadas, isto é, “contingenciadas” - nada têm a ver com suborno a deputados ou senadores para que estuprem a Previdência, cortem aposentadorias, estabeleçam prazos em que o trabalhador poderá se aposentar na véspera de morrer - na melhor das hipóteses - etc., etc.

O que tem esse governo - e, em especial, a coriolar de Temer - com receber e distribuir propinas?

CARLOS LOPES

PSC lança presidente do BNDES

O presidente do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), Paulo Rabello de Castro, foi apresentado pelo PSC como pré-candidato a presidente da República, no sábado, (18).

MPF do Distrito Federal pede o bloqueio dos bens de Lula e seu filho Luís Cláudio

O Ministério Público Federal em Brasília pediu o bloqueio de bens no valor de quase R\$ 24 milhões de reais do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do seu filho Luís Cláudio Lula da Silva. A solicitação foi feita em processo da Operação Zelotes, no qual Lula é réu por tráfico de influência, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

O MPF pediu a indisponibilidade de R\$ 21,4 milhões de Lula e de outros R\$ 2,5 milhões de Luís Cláudio. Na ação, o ex-presidente é acusado de atuar irregularmente para viabilizar a edição da medida provisória 627, de 2013, que beneficiou montadoras de veículos, e na compra de caças suecos pelo governo de Dilma Rousseff.

Lula, o filho e o casal de lobistas Mauro Marcondes e Cristina Mautoni, que representava as montadoras CAOA e MMC Automotores, além da multinacional sueca Saab, produtora dos caças Gripen, foram denunciados pela procuradoria em dezembro do ano passado.

No pedido, o MPF sustenta que Lula é responsável pelo “retorno financeiro” obtido pelo lobista. Também alega que o ex-presidente “concorreu” para que Machado repassasse R\$ 2,5 milhões a Luís Cláudio.

O juiz Vallisney Oliveira, da 10ª Vara Federal de Brasília, intimou Lula e Luiz Cláudio a se manifestarem sobre o pedido, antes de decidir sobre o caso.

Em ato ilegal, deputados soltam Picciani e membros da quadrilha

Votação que tirou da cadeia a cúpula do PMDB da casa foi feita em votação fechada. Depois de sair da cadeia, presidente da Alerj se licenciou de seu cargo

Em sessão extraordinária na última sexta-feira (17), a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) votou pela soltura dos deputados Jorge Picciani, presidente da Casa, Edson Albertassi, líder do governo e Paulo Melo, ex-presidente da Alerj, todos do PMDB. Logo após a decisão Picciani e Albertassi pediram licença de seus mandatos para se defenderem.

Picciani, Paulo Melo e Albertassi foram presos nesta quinta-feira (16), por determinação unânime do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), após terem sido denunciadas na Operação Cadeia Velha – desdobramento da Operação Lava Jato no Rio-, que investiga a corrupção entre parlamentares e empresas de ônibus, com recebimento de propinas. O esquema consiste na organização de uma “caixinha” da Fetranspor, que se trata de propina para favorecer as empresas de ônibus do Estado.

Eles são acusados de formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e recebimento de propina de empresas de transporte urbano. A decisão de libertar os deputados foi tomada em rápida votação plenária, que terminou em pouco mais de meia hora por 39 votos a favor, 19 contra e uma abstenção.

Na Alerj, a discussão começou na Comissão de Constituição e Justiça. O presidente da CCJ, deputado Chiquinho da Mangueira (Podemos), propôs que a votação do parecer fosse feita a portas fechadas. A proposta foi colocada em votação e aprovada. O deputado Rafael Picciani, filho de Picciani, último a votar, surpreendeu o próprio presidente da CCJ ao votar pela reunião aberta. “Aberta?” , questionou, arrancando risos.

“Não faz o menor sentido fazer uma sessão secreta para salvar três deputados acusados de corrupção. O PMDB não é uma organização criminosa, é uma facção criminosa”, afirmou o coordenador do Movimento Unificado dos Servidores Públicos do Rio (Muspe) Ramon Carrera. Em votação fechada, a CCJ aprovou por quatro votos a dois o parecer recomendando a soltura dos três deputados. Somente os deputados Luiz Paulo (PSDB) e Carlos Minc (sem partido) votaram contra. A votação no plenário da Alerj foi presidida por Wagner Montes (PRB) e votou contra a libertação dos presos.

Logo depois de encerrada a votação, a bancada do PSOL na Alerj anunciou que vai entrar com uma ação na Justiça para anular a sessão porque a votação foi realizada com as galerias fechadas ao público, em descumprimento a uma decisão judicial, e que houve irregularidade na convocação da sessão.

Uma liminar expedida pela juíza Ana Cecília Argueso Gomes de Almeida, da 6.ª Vara de Fazenda Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), determinou a liberação das galerias para o público. A oficial de Justiça que levava a liminar chegou a ser impedida de entrar na Alerj pela polícia e só conseguiu chegar ao plenário no fim da votação por interferência de alguns deputados que interromperam a sessão.

Ramon Carrera disse que

RS: Sartori adere ao plano de Temer de arrocho dos estados Banrisul é colocado como moeda de troca

O Tesouro Nacional divulgou, na segunda-feira (20), os documentos apresentados pelo governo do Rio Grande do Sul com o pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que atrela as contas gaúchas a um regime de arrocho fiscal e dos servidores, além de privatizações em troca de benefícios e empréstimos.

Na documentação consta uma minuta de projeto de lei para ser enviado à Assembleia Legislativa local pedindo a autorização para aderir ao programa, que tem previsão de durar três anos, podendo ser prorrogado por igual período.

O programa prevê a privatização das estatais CEEE, Sulgás e CRM, que, segundo as contas apresentadas pelo Estado, devem gerar R\$ 2,8 bilhões em receitas extras.

A proposta apresentada pelo governo Sartori (PMDB) é semelhante à que está sendo executada no Rio de Janeiro pelo governo de Luiz Fernando Pezão (PMDB). Além das privatizações, como é o caso da Companhia de

funcionários da Assembleia foram posicionados nas galerias da Casa para impedir o acesso da população ao local. Ele contou que a oficial de justiça chegou a ser agredida e que a entrada só foi liberada após uma hora e meia. A Alerj alegou que não fechou as galerias, apenas limitou o acesso a elas por questões de segurança, seguindo orientação do Corpo de Bombeiros.

Do lado de fora da Casa, manifestantes organizados desde o começo da tarde foram impedidos de entrar e houve muito tumulto. O ato começou por volta das 13h, e vinha transcorrendo sem maiores incidentes até às 16h. Um estudante de 20 anos foi atingido por uma bala de borracha na testa, logo acima do olho direito. Fernando Veiga Neves estava próximo às grades que separam os manifestantes do acesso à Alerj e foi atingido com a tentativa da polícia de dispersar o protesto, que reunia cerca de mil pessoas.

SOLTURA

A decisão da Alerj de soltar da cadeia o líder da casa, que é acusado, junto com sua família, de ter recebido ao menos R\$ 154 milhões em propina foi alvo de críticas do Ministério Público do Rio de Janeiro e da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

O MP entrou com uma ação na Justiça para anular a sessão. O mandado de segurança argumenta que, mesmo com liminar concedida pela Justiça determinando a abertura da sessão para o público, o presidente em exercício da Alerj e a mesa diretora mantiveram os portões fechados, inclusive com a proteção policial.

Segundo o presidente da AMB, Jayme Oliveira, os legislativos estaduais estão utilizando a liberação de Acácio Neves pelo Senado, para liberar outros bandidos que ocupam cargos nas assembleias estaduais. “Não é só a situação da Alerj. Nós já tivemos situação semelhante no Rio Grande do Norte e no Mato Grosso. A situação está se repetindo. Vamos questionar não só essa (do Rio), mas todas as decisões que estão dando uma interpretação extensiva”, afirmou Oliveira.

TRF-2

O desembargador federal Abel Gomes determinou a prorrogação da prisão temporária de Felipe Picciani (filho de Jorge Picciani) e outros três investigados na Cadeia Velha. O magistrado também ordenou o bloqueio cautelar de contas e o sequestro de bens de 13 pessoas e 33 empresas investigadas na mesma ação.

O TRF-2 afirmou que a libertação dos três deputados dependia da assinatura de Gomes. Logo após a sessão, porém, a Alerj enviou um funcionário com a ordem de soltura à Cadeia Pública José Frederico Marques, em Benfica, na zona norte do Rio. Picciani e os outros dois peemedebistas deixaram a prisão por volta das 18h, cerca uma hora e meia depois da decisão dos colegas.

Após ser solto, Picciani comunicou que tirará licença de suas atividades parlamentares a partir desta terça-feira (21), e só deverá retornar à Alerj em fevereiro de 2018.

A razão imediata segundo ele é querer se dedicar à sua defesa e à do filho, que permanece preso, e à sobrevivência da empresa que teve suas contas bloqueadas pela Justiça.

Saneamento do estado (CEDAE) e venda de ativos, também foi realizado um profundo arrocho do funcionalismo público, aprovando um aumento da contribuição previdenciária dos servidores, de 11 para 14% e o congelamento de salários no próximo período.

No caso gaúcho, a venda das ações do banco estatal Banrisul, não consta no programa. Mas, o próprio governo estadual já tenta colocá-la como condição para o pagamento dos décimos terceiros dos trabalhadores neste fim de ano.

O secretário estadual da Fazenda, Giovanni Feltes, é categórico ao dizer que: “As expectativas estão atreladas principalmente ao sucesso da operação do Banrisul e ao plano de recuperação”.

O governo Sartori pretende vender 49% dos papéis ordinários (com direito a voto) e 14,2% dos preferenciais do banco gaúcho. A expectativa é de que o saldo da venda do Banrisul seja de R\$ 1,87 bilhão, pouco mais do que a folha de pagamento do Executivo no mês de dezembro, R\$ 1,45 bilhão.



Alerj: ‘população foi impedida de acompanhar a votação por questões de segurança’

Lava Jato já resgatou R\$ 450 milhões desviados dos cofres do Rio de Janeiro

Um ano após a prisão do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), o Ministério Público Federal (MPF) no Rio divulgou o balanço da Operação Lava Jato no Estado, na última sexta-feira (17). O maior esquema de lavagem de dinheiro já investigado no Rio foi desmantelado pela força-tarefa com a apresentação de denúncia à Justiça Federal, contra 134 pessoas.

Mais de R\$ 450 milhões já foram ressarcidos e pagos em multas compensatórias decorrentes de acordo de colaboração. O Ministério Público Federal pede ainda R\$ 2,3 bilhões em reparação de danos provocados pela organização criminosa. Foram 17 operações em conjunto com a Polícia Federal que levaram ao cumprimento de 15 acordos de colaboração premiada, 57 prisões preventivas, 12 temporárias, 34 conduções coercitivas, e 211 mandados de busca e apreensão.

Cabral que liderava a organização criminosa no Estado foi acusado 13 vezes e já condenado em duas ações penais na Justiça Federal do Rio – o ex-governador foi condenado, também, pelo juiz Sérgio Moro, de Curitiba; somadas, as penas impostas ao peemedebista chegam a 72 anos de cadeia. Outros 30 de-

nunciados já foram condenados. Somadas, as penas ultrapassam 377 anos de prisão.

De acordo com o MPF, os principais crimes cometidos pela organização criminosa foram fraude a licitações, corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, organização criminosa, falsidade ideológica, evasão de divisas, crime contra a ordem econômica (cartel), crime contra o sistema financeiro, embaraço a investigação de organização criminosa e tráfico de influência.

Para o juiz à frente da Lava-Jato no Rio, Marcelo Bretas, a corrupção no estado se assemelha a uma “metástase”. Ele não vê o término das operações próximo. “Não vejo fim para hoje. A Lava-Jato é mais do que um conjunto de operações. É uma nova cultura de combate à corrupção”.

Ao criar a força-tarefa no Rio, em junho do ano passado, a Procuradoria tinha como objetivo inicial aprofundar a investigação de organização criminosa apontada como responsável pela prática de corrupção, fraude a licitações e lavagem de dinheiro na construção da Usina de Angra 3 pela Eletronuclear.

As investigações revelaram como a organização comandada por Sérgio Cabral desviou mais de US\$ 100 milhões dos cofres públicos, ‘mediante engenhoso

processo de envio de recursos oriundos de propina para o exterior’.

O peemedebista é acusado de ter recebido ‘vantagens indevidas não só de obras de construção civil, saúde, transportes, alimentação, mas também de outros setores do Governo, como, por exemplo, o de contratação de serviços terceirizados’.

Para os procuradores da força-tarefa Lava Jato/RJ, ‘trata-se de um esquema altamente sofisticado, que agia internacionalmente com desenvoltura e uma engenhosa e complexa relação corrupta’ com as obras de construção civil, a saúde, o transportes, a alimentação, e até a contratação de serviços terceirizados.

Sobre a reação de diversos setores políticos contra as descobertas trazidas a público pela Lava Jato, Bretas foi categórico. “político corrupto não tem vida própria, é um parasita. Se tirar o poder dele, vai morrer de fome”, e explicou que “o empresário que se corrompe, que tem uma unidade produtiva, sabe que pode se reerguer. Grande parte dos colaboradores, normalmente, são empresários. Quem está lutando contra, normalmente, é agente público envolvido com corrupção”.

Dia da Consciência Negra é celebrado em todo o país com marchas e manifestações

O Dia da Consciência Negra – 20 de novembro, foi comemorado em todo o país com atos, marchas, shows, debates, exposições e homenagens de todo o tipo, na segunda-feira (20 de novembro). Em São Paulo, milhares de pessoas participaram da 14ª Marcha da Consciência Negra. O ato foi organizado por entidades negras, sindicais e sociais e seguiu pelas ruas da capital até a região do Theatro Municipal, no coração da cidade.

Para Alfredo Oliveira Neto, presidente do Congresso Nacional Afro-Brasileiro (CNAB), o 20 de novembro é o dia de combate ao racismo, preconceito e discriminação.

“O Brasil passa por um momento dramático, são mais de 26 milhões de trabalhadores desempregados. Enquanto isso este governo vem privatizando as principais estatais do país, aumentando o gás, a luz, a gasolina, a água. Com isso faltando o alimento à mesa do trabalhador”, destacou.

“Este governo pega o dinheiro do orçamento para comprar deputados, se livrar da cadeia e se manter no poder. Chega de lei de escravidão, chega de reformas que vão levar o povo ao desespero, chega de reformas que vão levar os trabalhadores a não poder se aposentar. Basta. Fora Temer! Vamos livrar o Brasil desse poder corrupto”, ressaltou Alfredo.

As críticas ao que os manifestantes intitulam de “genocídio do povo negro” foram destaque dos discursos, como o do cantor Seu Jorge. “Eu não suporto mais a ideia de que nosso País é racista. Amo o povo brasileiro, mas a partir de



Mais de 3 mil pessoas participaram da Marcha

agora eu estou com minha gente. Não aguento mais ver notícia de negros mortos”, disse o cantor.

A marcha seguiu pelas ruas da cidade, e apresentações do Ballet Paraísoópolis e da bateria da Escola de Samba Acadêmicos do Tatuapé em frente ao Theatro Municipal, encerraram o evento.

A data em que o herói Zumbi dos Palmares foi assassinado pelas forças coloniais-escravistas em 1695, cresceu muito ao longo dos últimos anos e é comemorado em 1.045 cidades, segundo levantamento da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). O Dia da Consciência Negra se tornou oficial em 2003.

No Parque da Serra da Barriga, em Alagoas, onde se localizou o histórico Quilombo dos Palmares, que foi liderado por Ganga Zumba e depois por Zumbi. Mais de 20 mil pessoas participaram da comemoração. Todos os anos o Parque da Serra da Barriga recebe em média 20 mil visitantes. É o único da América Latina criado para a preservação da cultura negra no país. E em novembro foi reconhecido como patrimônio cultural do Mercosul.

No Rio de Janeiro, um ato foi realizado em volta

do monumento ao Zumbi dos Palmares, na Avenida Presidente Vargas, no centro da capital. O local foi tomado pelo som de instrumentos de percussão e de berimbaus, com grupos praticando capoeira diante da estátua do herói da resistência negra contra a escravidão.

Em Salvador (BA) uma multidão caminhou pelo centro da capital, a partir do Campo Grande, em direção ao Pelourinho, onde houve a lavagem da estátua de Zumbi.

A marcha teve como tema este ano um “Tributo a Carlos Marighella”, líder político que lutou e foi assassinado pela ditadura no final dos anos 60. Marighella era filho de mãe negra e pai italiano.

Em Belo Horizonte (MG), para marcar a data, a Diretoria de Políticas para a Igualdade Racial (DPIR) organizou uma extensa programação dentro do “Novembro Preto: BH Sem Racismo no Mês da Igualdade Racial”. Dentre as atividades que serão realizadas estão rodas de conversa, show, contação de histórias, cinema e simpósios. Um ato foi realizado na Praça 7 de Setembro, centro de BH.



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Congonhas

Não é possível que após o desastre de Mariana-MG essas companhias mineradoras tenham a coragem de deixar acontecer o mesmo tipo de acidente. Este alerta de instabilidade da Barragem de Congonhas não pode ser levado como algo inofensivo, são quase 10 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro que podem atingir milhares de pessoas. Até o próprio comandante do Corpo de Bombeiros admitiu que o risco é grave e iminente. O governo de Minas fez bem em tomar ações paralelas quanto a isso, porém é a CNS que deveria ter a responsabilidade de não deixar algo tão desastroso ocorrer novamente.

César Augusto de Oliveira – por correio eletrônico

Cadeia

Apesar de toda a manobra realizada pelos canalhas da Alerj para retirarem a quadrilha do PMDB da cadeia, não podemos deixar de comemorar o aniversário de um ano da prisão de Cabral. O ex-governador, que roubou centenas de milhões do povo do Rio de Janeiro, que desviou dinheiro nosso para os seus aliados corruptos está em cana! E isso é motivo de comemoração!

Joaquim de Almeida – São Paulo, SP

Ator é vítima de ataque racista em terminal de ônibus

O ator Diogo Cintra, de 24 anos, revelou na última semana que sofreu um assalto, foi agredido e vítima de racismo na madrugada de quarta-feira (15), dentro do Terminal Parque Dom Pedro II, na região central de São Paulo.

O jovem contou que voltava de uma apresentação de teatro na qual trabalhava como ator, quando foi abordado por dois homens que tinham a intenção de roubar seus pertences. Como Diogo estava próximo ao terminal de ônibus, correu até lá para pedir apoio aos seguranças do local. “Cheguei no Terminal pedindo ajuda para a vigilância e a vigilante falou: ‘Corre, sai daqui. A gente não tem como fazer nada, só corre’”, declarou o jovem. Ainda dentro do espaço, ele avistou quatro seguranças e novamente tentou ter auxílio.

Segundo Cintra, após ele pedir ajuda aos seguranças, os dois homens voltaram até ele, então acompanhados de outros três homens com dois cachorros. Em frente aos seguranças, o grupo alegou que tinha sido roubado por Cintra.

“Eu perguntei para eles o que eu havia roubado, mas o segurança me mandou calar a boca. Meu celular estava descarregado e não pude mostrar que aquele celular era meu”, recorda.

Ainda após entregar o seu próprio celular aos assaltantes na frente dos seguranças, os mesmos “entregaram” Diogo aos bandidos. Levado para fora do terminal, foi espancado com socos, pauladas, pontapés e até por mordidas de cachorros, até conseguir se levantar e correr novamente para dentro do Terminal. Quando o viu bastante machucado, o mesmo segurança que tinha sido conivente com os criminosos ofereceu uma cadeira de rodas e disse que o levaria a um posto de saúde.

“Eu recusei e disse que queria ir embora. O segurança apenas disse: ‘então você está por sua conta e risco’”, conta o ator.

“Tinha como ser resolvido de uma outra maneira. Foi mais fácil aceitar o que os brancos falavam do que aceitar o que eu estava falando. É mais fácil achar que eu era um bandido do que chamar a polícia e investigar”, disse Cintra

A assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Transportes informou na noite do sábado (18) que os funcionários envolvidos no caso de Diogo Cintra, foram afastados. As imagens das câmeras do terminal confirmaram a versão apresentada por Diogo.

AMBULANTES

Nesta segunda-feira (20) um grupo foi cercado e agredido com cassetetes por PMS durante uma operação contra ambulantes na mesma estação do terminal Dom Pedro II. Câmeras de vídeo amadoras registraram os momentos das agressões. As lojas do entorno do terminal fecharam as portas após a ação. Comerciantes e ambulantes ficaram revoltados. “O Brasil tá em crise, ninguém tem dinheiro pra nada. Todo mundo está vendendo as coisinhas aí na rua aí, ó. Todo mundo trabalhando. O cara lá, ó, só não perdeu o carrinho por causa de nós, filma lá”, disse um comerciante que não se identificou.



Diogo pediu socorro a seguranças, mas foi entregue ao grupo de cinco criminosos

Clayton de Souza/Estadão



Hospital referência de SP vive caos Sem funcionários, pediatria do HU-USP fecha as portas

O Hospital Universitário (HU) da Universidade de São Paulo (USP) fechou as portas do Pronto Socorro Infantil nesta terça-feira, 21, no bairro do Butantã, em São Paulo.

Mães e pais que dependem do atendimento pediátrico do HU-USP - que é referência zona oeste da capital paulista - estão desesperados, pois não sabem para onde levar seus filhos quando ficarem doentes. “Este é o mais próximo, o atendimento é bom, mas com o fechamento vai complicar a vida da gente” disse o mecânico, Reinaldo Amaral, que levava seu filho que se queixava de dores no corpo para uma avaliação no HU-USP na segunda-feira. Segundo a administração do HU, apenas casos pediátricos de emergência reencaminhados por outras unidades de saúde serão atendidos na unidade hospitalar.

Deste de o dia 13 deste mês, estudantes de Medicina da USP entraram em greve para denunciar o sucateamento do HU-USP, que é usado por eles nas aulas teóricas e no período de residência.

Em nota divulgada pelo Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, da FMUSP, os estudantes afirmam que o maior problema do hospital é a falta de recursos humanos: não há médicos e enfermeiros o suficiente para atender a população, 25% dos leitos estão atualmente fechados, sendo que na UTI são 40%. “Há 3 anos, nós, estudantes de medicina e enfermagem da USP, lutamos por contratações de profissionais via USP para que o HU volte a ter a antiga qualidade de ensino e atendimento”, ressalta a entidade denunciando que, ao contrário, o que a reitoria vem fazendo é justamente cortar verbas e demitir, levando o hospital a uma situação de caos.

HP ESPORTES VALDO ALBUQUERQUE



Flamengo venceu o Timão por 3 a 0

Mengo bate o campeão e fica perto da Libertadores

Com relativa facilidade, o Flamengo venceu o Corinthians por 3 a 0, na Ilha do Urubu, gols de Mancuello, Diego e Felipe Vizeu, todos no primeiro tempo. Com o resultado, o Rubro-Negro subiu para a sexta posição e encaminhou uma vaga para a Taça Libertadores. Timão, Grêmio e Palmeiras já estão classificados, ao lado do Cruzeiro, por ser o campeão da Copa do Brasil. Há ainda três vagas em aberto, podendo subir para cinco em caso de o Grêmio sagrar-se campeão da Libertadores e o Flamengo, da Sul-Americana

O jogo foi marcado pela bizarra briga entre os jogadores flamenguistas Felipe Vizeu e Rodolfo, contidos pela turma do “deixa disso”. Não levaram nem amarelo.

Já campeão, o Alvinegro do Parque São Jorge jogou com um time misto, totalmente desinteressado e foi facilmente envolvido pelo Mengão. O argentino Mancuello fez fila na zaga corintiana e marcou um golão, sem chance para Cássio. Diego ampliou com cavadinha em pênalti sofrido por Geuvânio e Vizeu fechou o placar, logo após a briga.

Com gol do colombiano Copete, o Santos venceu a equipe reserva do Grêmio por 1 a 0, manteve a quarta colocação e também está perto de uma vaga direta para a fase de grupos da Libertadores.

Na Ressacada, o Palmeiras foi derrotado pelo Avaí por 2 a 1 e perdeu a oportunidade de assumir a vice-liderança. Com o resultado, a equipe catarinense manteve acesa a chama da esperança de escapar do rebaixamento. Marquinhos e Lourenço anotaram para o Avaí, descontando Keno para o Verdão.

Com direito a um golão de Otero da linha do meio campo, o Atlético-MG bateu o Coritiba por 3 a 0, no Independência, foi a 50 pontos e encostou no G-7. Otero (2) e Leonardo Silva deram números ao placar.

Além de vaga para a Libertadores, a disputa pelas segunda, terceira e quarta colocação é pela premiação a ser paga pela CBF: R\$ 11.373.030,00, R\$ 7.759.170,00 e R\$ 5.633.370,00, respectivamente. O Timão campeão ficará com R\$ 18.000.000,00.



Regra criada por Temer libera remunerações abaixo do salário mínimo



1200 trabalhadores presentes na assembleia: Nenhum direito a menos!

SP: metalúrgicos aprovam renovação de acordo e barreiras à reforma trabalhista

Na última sexta-feira, 17, os metalúrgicos de São Paulo aprovaram as propostas de acordo salarial negociadas com grupos patronais de quatro setores, garantindo a manutenção da Convenção Coletiva de Trabalho assinada antes da lei trabalhista de Temer.

A proposta foi aprovada em assembleia com cerca de 1200 trabalhadores que negociaram com os grupos patronais 3 (autopeças), Simefre (materiais ferroviários), Sinafer (artefatos de ferro e ferramentas) e Fundição, realizada na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi das Cruzes, na capital.

Dentre as conquistas

dos metalúrgicos estão a manutenção da data-base em 1º de novembro, reposição das perdas com a inflação (INPC) dos últimos 12 meses encerrados em outubro (de 1,8%), abono de 15% em três parcelas, e inclui cláusula de salvaguarda em relação à aplicação da reforma trabalhista: proteção para que a gestante não trabalhe em local insalubre, obrigatoriedade das homologações serem feitas no sindicato, proibição à terceirização de atividades fins, e que as partes voltarão a se reunir em março de 2018 para discutir os impactos da lei.

O presidente do Sindicato, Miguel Torres, deixou claro que a categoria

não irá aceitar redução de direitos: “Nunca tivemos tantas agressões aos direitos dos trabalhadores. Entramos na campanha salarial com objetivo de defender a convenção coletiva, que garante proteção aos trabalhadores. Não recebemos contrapropostas de todos os grupos patronais, porque eles querem que os trabalhadores fiquem sem convenção, para aplicar a lei trabalhista do jeito que quiserem. O acordo que celebramos é o parâmetro mínimo e vamos buscar acordos diretos com as empresas dos grupos que não chegaram a um entendimento conosco”, afirmou o presidente.

Em Guarulhos, trabalhadores garantem reposição salarial, abono e manutenção de direitos obtidos

Também os metalúrgicos de Guarulhos obtiveram vitórias durante as negociações das convenções coletivas. No último dia 10 houve assembleia no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região, e os trabalhadores aprovaram acordo semelhante para outros dois setores: reposição da inflação pelo INCP, em 1,83%, abono de 15% em três parcelas e data base em 1º de Julho e Agosto, sendo que as Convenções Coletivas foram

renovadas integralmente, preservando conquistas e garantias.

O presidente do sindicato, José Pereira dos Santos, também aponta que “a campanha deste ano acontece em meio à mais grave crise econômica e política do País. Governo e patrões nos atacam. Portanto, nosso esforço principal é garantir os direitos, especialmente no momento em que entra em vigor uma reforma trabalhista muito



Pereira dos Santos, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos

CUT abre plano de demissões “incentivadas”, mas diz que é diferente do das montadoras

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) iniciou um Plano de Demissão Incentivada (PDI) para os funcionários da central. Com a entrada em vigor da nova lei trabalhista aprovada por Temer e o Congresso, a entidade perde a parte da sua arrecadação que provinha do Imposto Sindical. O fim do imposto sempre foi a posição da central.

O PDI deverá atingir todas as direções estaduais e dura até 4 de dezembro – se até lá não houver adesões o suficiente, a CUT iniciará um processo de demissão dos funcionários.

O presidente da central, Wagner Freitas, explica que o PDI da CUT não é como os que as montadoras vêm realizando nas fábricas porque não houve, primeiro,

um período de layoff: “Diferentemente das empresas, os trabalhadores foram consultados. Não é um momento de felicidade”, disse em entrevista ao jornal Folha de São Paulo.

Segundo a Folha, os trabalhadores da CUT ameaçam fazer uma greve contra as demissões. Wagner disse que não conhece nenhum movimento nesse sentido.

Categoria de contrato criada pela ‘reforma’ trabalhista golpeia salário mínimo e exige que trabalhador pague para ter benefícios

A categoria de “trabalho intermitente”, uma das aberrações criadas pelo governo Temer com a chamada “reforma trabalhista”, que entrou em vigor desde o dia 11 de novembro, não só representa um golpe no salário mínimo - ao permitir contratações sem carga horária fixa e, sem salário fixo, podendo esse ser abaixo no mínimo - como também se tornou mais um obstáculo para os trabalhadores no acesso à aposentadoria.

Isso porque, conforme a MP 808, que regulamenta a reforma, está prevista que o empregador não terá a obrigação de descontar o total mínimo exigido pela Previdência, que é o valor de 74,96, referente ao salário mínimo, hoje em R\$ 937. Conforme a lei, caso o trabalhador receba abaixo do mínimo, ele é quem deverá completar a contribuição para não perder esse tempo para fins da aposentadoria e acesso a benefícios. Diz a lei que quem não recolher o adicional por conta própria, “não será considerado para fins de aquisição e manutenção da qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social nem para cumprimento dos períodos de carência para concessão dos benefícios previdenciários”. Ou seja, não terá acesso à aposentadoria nem a concessões como licença médica.

De acordo com o advogado Emerson Domingues, da Associação Comercial de São Paulo, Emerson Domingues, os trabalhadores nesta situação terão mais dificuldade para cumprir esse período de carência para ter o acesso aos benefícios da Previdência, como auxílio-doença e salário maternidade, que são de um ano e de dez meses de contribuição, respectivamente, após o início da inscrição. Para o advogado, existe risco é de que, por ter jornada incerta, os intermitentes demorem mais para superar essa exigência.

Segundo a MP, caso queira garantir a contribuição, o empregado terá que arcar com a diferença “entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal, em que incidirá a mesma alíquota aplicada à contribuição do trabalhador retida pelo empregador”, mesmo sem receber

rendimento suficiente.

Ou seja, a “reforma trabalhista” acabou oficializando uma categoria de subemprego que beira ao trabalho escravo: sem direitos, antes garantidos por lei (ao submeter as decisões aos falsos “acordos” entre patrões em empregados), podendo o trabalhador receber abaixo do mínimo, sem garantia de acesso à aposentadoria, e ainda sem direito à seguro-desemprego em caso de fim de contrato.

Para o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury, a situação imposta pelo governo, ao exigir que o trabalhador complemente a contribuição à Previdência, “praticamente inviabiliza a aposentadoria. O mês em que o trabalhador não recolher a diferença, não vai ser contado para efeito da contribuição do benefício previdenciário. E a regra do trabalho intermitente no mundo inteiro é o intermitente ganhar menos que um salário mínimo. Na Espanha, 36% dos trabalhadores intermitentes ganham menos que um salário mínimo” disse Fleury ao jornal “O Globo”.

Para o procurador, o Ministério Público do Trabalho, ainda que a lei tenha entrado em vigor, irá manter fiscalização constante e questionará ações que prejudiquem os trabalhadores: “No processo legislativo, fornecemos elementos técnicos para o Congresso, mostrando inconstitucionalidades, violações a normas internacionais, e não fomos considerados. Aprovada a reforma, nosso papel constitucional é defender os direitos sociais. Não se trata de combater a reforma ou de não aplicá-la. É uma lei: óbvio que tem que ser aplicada, só que, como qualquer lei nova, tem que ser interpretada”, disse, em entrevista à Folha. “Nosso trabalho será justamente buscar, em cada caso, onde a legislação está sendo utilizada para prejudicar os trabalhadores, para precarizar, para levar a indignidade ao trabalho e atuar nesses casos. Se a lei estiver sendo usada como forma de burlar os direitos sociais, vamos aplicar os direitos sociais, que estão previstos na Constituição e nas normas internacionais”, afirmou.

ANTONIO ROSA

Para CNI, trabalho escravo tem que ser liberado o quando antes

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a validade da portaria do governo Temer que acaba com a fiscalização e combate ao trabalho escravo no Brasil. A portaria está suspensa desde 24 de outubro por decisão liminar da ministra Rosa Weber, do STF, a pedido do partido Rede Sustentabilidade.

Segundo a CNI, as normas anteriores à portaria do governo - que impediam que trabalhadores fossem submetidos a situações de trabalho análogo à escravidão - eram “falhas e vagas”. A entidade critica a avaliação feita pela Rede de que a portaria foi uma concessão do governo à bancada ruralista na Câmara, como forma de obter votos desses deputados na votação de denúncias feitas pela Procuradoria Geral da República (PGR) contra o presidente Michel Temer e sua quadrilha.

“O arguente (Rede) parece desconhecer que, há tempos - muito antes de serem ofertadas denúncias contra o Presidente da República e de quaisquer ‘negociações ruralistas’ sobre esse tema poderem vir à tona -, diversas associações de empregadores industriais urbanos já vinham peticionando ao Ministério do Trabalho para informar os diversos abusos cometidos contra a liberdade de iniciativa, bem como contra a dimensão objetiva do Estado de Direito materializada no princípio da segurança jurídica”, declarou a CNI.

A portaria foi publicada no Diário Oficial da União em 16 de outubro deste ano. Deste então, diversos seguimentos da sociedade como trabalhadores, agricultores, artista, juristas, auditores fiscais do trabalho, procuradores, entre outros, realizaram protestos e manifestações em diversas regiões do país contra a medida.

Hariri deixa cativoiro saudita. Presidente Aoun anuncia seu retorno a Beirute

O presidente do Líbano, Michel Aoun, declarou na segunda-feira que teve conversa telefônica com o primeiro-ministro libanês, Saad Hariri, que está em Paris a convite do governo francês. Segundo Aoun, o premiê deve voltar a tempo de assistir às solenidades alusivas à Independência do Líbano, dia 22.

Hariri viajou repentinamente para a Arábia Saudita no início do mês e, de lá, anunciou (dia 4) que renunciava ao cargo. Depois disso, ficou sem dar notícias durante 10 dias até aparecer pálido e com voz embargada, em entrevista desde Riad, à âncora de sua TV Futuro no Líbano.

O presidente libanês denunciou que Hariri estava preso e que o país não aceitava a sua renúncia proferida de um país estrangeiro.

Demandas de lideranças libanesas, assim como de outros países, a exemplo da França e da Rússia, surtiram efeito e Hariri foi liberado para atender a convite do governo francês e viajar a Paris.

Há muitas razões para suspeitas de que, com seus terroristas derrotados na Síria, a Arábia Saudita esteja tentando gerar nova crise na região, através da promoção de caos no aliado da Síria, o Líbano.

Por instância saudita, a Liga Árabe aprovou que o Hezbollah é “organização terrorista”. O general, Joseph Aoun, chefe do Estado Maior das Forças Armadas libanesas afirmou que a declaração é injusta, pois, sem os guerrilheiros do Hezbollah, Israel ainda estaria ocupando o sul do país. O general colocou as forças libanesas em “alerta total” para enfrentar “ameaças de violações por parte do inimigo israelense”.

O presidente recebeu o chefe da Liga Árabe em Beirute e foi muito claro: “Israel ainda tem como alvo o nosso país e é direito dos libaneses resistir e desestruturar seus planos por todos os meios a sua disposição”.

“Dessa forma”, acrescentou Aoun, “o Líbano teve que tratar de ataques de 1978 a 2006 e teve sucesso ao liberar seu território”.

Segundo o jornal do Kwait, Al Rai, o dirigente do Hezbollah, Hassan Nasrallah, também alertou todos os integrantes do partido e guerrilheiros a se colocarem em alerta máximo pois – entre outros riscos – há o de operações com bandeira trocada, assassínios para colocarem a culpa na organização. A mobilização aumentou depois de mais uma ingerência saudita. O ministro do exterior do reinado, Adel al-Jubeir chamou o Líbano a desarmar o Hezbollah e a retirá-lo do governo (do qual faz parte como acordo de integração do Bloco Patriótico).

Nasrallah acrescentou que os ataques ao Hezbollah partem de governos árabes que querem se juntar a Israel e à dominação norte-americana na região.

Ministro de Israel admite encontros secretos com agentes sauditas

O ministro israelense da Energia, Yuval Steinitz, confirmou que seu país mantém relação secreta com autoridades do governo da Arábia Saudita para, entre outros fatores, traçar estratégias contra o Irã, que nunca atacou Israel. “Nós temos laços com muitos países muçulmanos e árabes que, de fato, estão parcialmente encobertos, e geralmente somos a parte que não tem vergonha dessas relações”.

As declarações foram dadas durante uma entrevista à rádio Ondas do Exército, onde o ministro disse que o interesse de Israel na relação com a Arábia Saudita é o de “barrear o Irã”.

“Os contatos com o mundo árabe moderado [sic], inclusive com a Arábia Saudita, nos ajudam a parar o Irã”.

No terreno militar o ministro afirma que tem ajuda de países árabes “até hoje, quando pressionamos as potências mundiais a não concordar com o estabelecimento de uma base militar iraniana na Síria

em nossa fronteira norte”.

O ministro não mencionou, nem os jornalistas da Ondas do Exército perguntaram sobre o apoio em treinamento militar à criminosa agressão saudita contra o Iêmen. Disse apenas que os segredos são de ambos os lados e que “respeita o desejo do outro lado quando os laços estão se desenvolvendo, seja com a Arábia Saudita ou com outros países árabes ou outros países muçulmanos”, mas destaca que “há ainda muito mais que se mantém em segredo”.

No mesmo sentido, na semana passada, o tenente-general de Israel, Gadi Eizenkot, disse a um jornal saudita que Israel estaria pronto para compartilhar “informações de inteligência” com a Arábia Saudita, dizendo que seus países tinham um interesse comum em se defender do Irã. De acordo com o site israelense Haaretz, esta foi a primeira vez que um oficial israelense foi entrevistado por uma organização de mídia na Arábia Saudita.

Argentina: submarino desaparece e tensiona familiares e amigos de tripulantes

A Marinha da Argentina, que procura um submarino - desaparecido com 44 tripulantes na quarta-feira (15) - informou que o capitão da nave ARA San Juan disse em sua última comunicação que a embarcação estava com problemas de bateria e que havia apresentado um "curto-circuito". O comando terrestre pediu, então, que o comandante retornasse imediatamente a Mar del Plata, cidade balneária localizada na província de Buenos Aires.

O ARA San Juan é um dos três submarinos da Argentina e realizava exercícios de vigilância na área econômica exclusiva na altura de Puerto Madryn, na província patagônica de Chubut, após partir do porto de Ushuaia, no extremo sul do país. Quando ocorreu o último contato de rádio, o submarino se encontrava a 432 quilômetros mar adentro, próximo à região do Golfo San Jorge, como informou a Marinha em um comunicado. As buscas por ar e água ainda não deram resultados, e a Argentina recebeu ofertas de ajuda de vários países. África do Sul, Brasil, Chile, Peru, Uruguai e Estados Unidos colocaram à disposição de Buenos Aires barcos, aviões e toda a informação via satélite que possuem.

A angústia é grande entre os familiares dos tripulantes, que esperam notícias na base naval de Mar del Plata, centro das operações de busca e resgate, onde o “ARA San Juan” deveria ter aflorado no domingo. “A informação é que estão procurando, tomara que o localizem”, falou Carlos Mendoza, pai de Fernando, um dos tripulantes do “San Juan”. “É preciso esperar, não há outra opção. Combinamos que íamos nos encontrar neste domingo em Mar del Plata e que íamos fazer um churrasco”, assinalou Carlos, irmão do marinheiro.

Na tarde de segunda, diante do prédio militar, repleta de cartazes com mensagens de solidariedade, várias pessoas trocavam informações. “Estão em situação estável dentro da incerteza”, explicou à AFP Enrique Stein, da equipe de psicólogos que assiste os familiares. “Tivemos poucas situações de crise, de choro e coisas assim”, disse, embora tenha admitido que “a angústia cresce”.

O porta-voz da Marinha, Enrique Balbi, disse que ainda há oxigênio e comida. A nave tinha provisões para 15 dias e pode estar com o seu sem propulsão. O submarino iniciou viagem segunda, dia 13.

Organizações humanitárias: ‘EUA é cúmplice de massacre no Iêmen’

yemenakthar



Desnutrição aguda atinge meio milhão de crianças iemenitas, alerta a Unicef

Venezuela: encontro faz “balanço crítico do processo bolivariano” - II

Esta matéria traz a continuação dos debates realizados dia 11 em Caracas com a presença de destacadas lideranças intelectuais e de organizações partidárias e movimentos sociais, sob o tema, “Seminário para uma nova alternativa política, um balanço crítico do processo bolivariano” que apontaram para a construção de uma frente que resgate os valores revolucionários que nortearam a revolução bolivariana. Conforme os organizadores, a rica herança anti-imperialista e desenvolvimentista deixada pelo presidente Hugo Chávez vêm sendo “manchada pelo governo de Nicolás Maduro”, “politicamente autoritário e economicamente reacionário”. Nesta segunda parte temos a participação da vice-presidente de Estudos Econômicos, de Planejamento e diretora do Banco Industrial da Venezuela, vice-ministra de Financiamento e Comercialização do Ministério da Economia Popular durante o governo Chávez, a professora Oly Millán Campos.

Oly Millán Campos elevou o tom contra a oposição de direita e contra Maduro. De acordo com Oly, por um lado existe “uma oposição desmoralizada, com uma direção deslegitimada e corrompida, que não tem nada a oferecer ao povo venezuelano” e, por outro, “temos um governo que em seu afa por se manter no poder teve que sacrificar boa parte do que haviam sido as referências do processo bolivariano e do modelo contido na Constituição vigente, deslizando cada vez mais para



Ex-ministra Oly Millan e professor Edgardo Lander um regime autoritário”.

Para o historiador e ensaísta Jesús Puerta, “é essencial o relançamento do projeto bolivariano de integração latino-americana e a mobilização de amplas massas populares numa nova cultura política anti-imperialista”. Mas para que este seja efetivo é extremamente importante a conformação de um leque de forças venezuelanas para barrar “a entrega dos ativos minerais do país às transnacionais, para tirar do poder a roubalheira”. As “Zonas Econômicas Especiais” e os “planos de exploração do Arco Mineiro do Orinoco”, avalia, “nada mais são do que uma explícita subordinação do governo a seus novos donos: o capital transnacional chinês e russo que, associado com os norte-americanos e europeus, se dispuseram a chupar o que resta do país a um ritmo tal que até a Constituição de 1999 se atravessou no seu caminho e a mandaram matar”.

Segundo o sociólogo e professor da Universidade Central

da Venezuela (UCV) Edgardo Lander, o legado do chavismo está muito presente nos corações e nas mentes do povo, “pois se produziram elevados graus de politização, significativas transformações na cultura política popular, no tecido social e organizado, assim como nas condições materiais de vida dos setores populares anteriormente excluídos”. “Se geraram amplamente sentidos de dignidade e inclusão e de capacidade de incidir, tanto sobre a própria vida, como sobre o destino do país”, declarou Lander, para quem é este legado o que impulsiona agora a construção de uma opção para tirar a Venezuela da crise e retomar um projeto soberano de nação.

Organizado pela Fundação Centro de Estudos da Realidade Latino-americana, o evento contou, entre outros, com a participação de integrantes da Plataforma em Defesa da Constituição e da Plataforma de luta contra o decreto do Arco Mineiro do Orinoco.

Traição de Bachelet a compromissos de campanha ressuscita os seguidores da ditadura de Pinochet

Com uma abstenção de mais de 53% dos eleitores, o ex-presidente Sebastián Piñera saiu na dianteira no primeiro turno das eleições chilenas realizadas domingo, 19, com 36,6% dos votos. Diante do desencanto e indignação que a inépcia do governo de Michelle Bachelet provoca na população, Piñera, ainda que manchado por denúncias de operações financeiras duvidosas, venceu o primeiro turno ao apresentar um programa que defende a continuidade do modelo econômico neoliberal implantado pela ditadura de Augusto Pinochet, no qual o governo atual introduziu algumas correções, a maioria cosméticas.

As promessas de mudanças com as quais Michelle Bachelet ganhou as eleições (reformas educativa, constitucional, trabalhista, tributária) não saíram do lugar ou ficaram pelo meio do caminho, e foram escanteadas sem considerar as exigências dos eleitores, abrindo espaço para o candidato abertamente neoliberal.

A frente da coalizão Chile Vamos, Piñera enfrentará no segundo turno Alejandro Guillier, senador independente eleito pelo Partido Radical Social-Democrata (PRSD) que se candidatou pela coligação Força da Maioria, frente formada por setores da aliança que governa o Chile com a presidente Bachelet e que inclui ainda partidos como o Socialista e o Comunista.

O senador teve 22,6% dos votos e deverá estender pontes aos outros candidatos pro-

gressistas e de esquerda que participaram do primeiro turno, com vistas à disputa do segundo turno em 17 de dezembro próximo. “Somos mais e, portanto, ganharemos em dezembro”, manifestou o candidato apoiado pelo atual governo.

O resultado, apesar da falsidade das pesquisas de opinião, que ficaram longe dos resultados reais (Piñera teria 43% segundo essas previsões), era esperado. A surpresa foi a jornalista Beatriz Sánchez, representante da recém-formada Frente Ampla, movimento de esquerda combativa que questiona a política do governo Bachelet, que recebeu 20,3% dos votos em lugar dos 11% que lhe atribuíam as pesquisas. Sua candidatura aglutinou, entre outros, importantes líderes das manifestações estudantis que questionaram a hipocrisia do governo atual que, apesar do discurso de defesa da educação pública, manteve o caráter privado das escolas e universidades.

Beatriz Sánchez defende maior papel do Estado na educação e na saúde e a supressão das Administradoras de Fundos e Pensões para a instituição de um sistema estatal de aposentadorias. O sistema privado de pensões foi criado durante a ditadura (1973-1990) com a promessa de que seriam pagas aposentadorias equivalentes a 70% ou mais dos salários que os trabalhadores ganhavam quando na ativa, algo que nunca se cumpriu. Essa ma-

lha de arapucas obriga os trabalhadores a entregar 10% de seus salários a Administradoras de Fundos de Pensões, que investem esse dinheiro suado no mercado financeiro. Porém, transcorridas mais de três décadas da promessa, a aposentadoria média é menor que o salário mínimo (quase 400 dólares) e as mudanças feitas pelo atual governo não tocaram no caráter privado e especulativo do setor.

“O Chile quer uma mudança para valer; e o expressou hoje, quase um milhão 200 mil pessoas votaram pela mudança”, assegurou Beatriz, criticando duramente as empresas de pesle, que recebeu 20,3% dos votos em lugar dos 11% que lhe atribuíam as pesquisas. Sua candidatura aglutinou, entre outros, importantes líderes das manifestações estudantis que questionaram a hipocrisia do governo atual que, apesar do discurso de defesa da educação pública, manteve o caráter privado das escolas e universidades.

Beatriz Sánchez defende maior papel do Estado na educação e na saúde e a supressão das Administradoras de Fundos e Pensões para a instituição de um sistema estatal de aposentadorias. O sistema privado de pensões foi criado durante a ditadura (1973-1990) com a promessa de que seriam pagas aposentadorias equivalentes a 70% ou mais dos salários que os trabalhadores ganhavam quando na ativa, algo que nunca se cumpriu. Essa ma-

Segundo as organizações humanitárias, o total de crianças mortas como consequência do bloqueio aos portos, aeroportos e estradas, imposto pela Arábia Saudita, pode ultrapassar 50 mil até o final do ano

Diante do morticínio causado principalmente pelo bloqueio militar da Arábia Saudita sobre portos, estradas e aeroportos iemenitas que já se estende por dois anos, 14 organizações humanitárias internacionais entre elas, Oxfam, Comitê Internacional de Socorro e Socorro Internacional, deixaram claro, em declaração conjunta, que a opção dos Estados Unidos é “a solução para o problema ou cumplicidade com o sofrimento, não há terceira opção”.

“Não é hora para declarações balanceadas”, acrescentam os assinantes do manifesto.

A Anistia Internacional declarou que “os Estados Unidos, Inglaterra e França devem cessar o suprimento de armas à Arábia Saudita e integrantes, com ela de uma coalizão que ataca o Iêmen. São armamentos usados para impedir que a assistência humanitária chegue com itens indispensáveis à sobrevivência dos civis”.

Ao invés disso, denunciam, o bloqueio tem sido exacerbado. “A comunidade internacional com um todo deve romper seu vergonhoso silêncio e usar todos os meios possíveis para que o bloqueio sobre o Iêmen seja levantado”, acrescentam.

Os sistemas de esgoto sanitário e de água já haviam sido bombardeados antes do bloqueio e este agora torna impossível o despacho de um amplo leque de produtos necessários de forma grave pelas populações civis do país agredido.

Segundo a Unicef, o que resta de vacinas contra a difteria vai acabar em 15 dias. A entidade subsidiária da ONU para a infância avalia que só a ausência de vacinas coloca em risco a vida “de um milhão de crianças por doenças passíveis de prevenção”.

A falta de energia tem tornado mais difícil ainda o suprimento de água e os hospitais têm fechado alas inteiras, isso em meio ao pior surto de cólera já registrado que pode atingir mais de um milhão de pessoas até o final do ano e “a maior fome que o mundo viu por

muitas décadas”, afirma a coordenação do Socorro Emergencial da ONU.

As organizações especificam que “o porto de Hodeidah, pelo qual passavam 80% dos produtos importados e o aeroporto de Sanaa devem ser reabertos para que se deixe entrar os envios de alimentos, combustíveis e medicamentos. Cada dia de bloqueio fará com que milhares de iemenitas sofram de fome e doenças. Milhões podem morrer em uma fome de proporções históricas se bloqueio continua indefinidamente”.

Um outro documento foi assinado pela Organização Mundial da Saúde, Programa Mundial de Alimentos e Unicef, alertando que “o relógio avança e estoques de suprimentos médicos, alimentos e outros de necessidade humanitária já estão acabando totalmente. O custo deste bloqueio é medido no número de vidas perdidas”.

O ritmo de mortes de crianças por causa do bloqueio é de 130 a cada dia e deve chegar a 50 mil até o final do ano.

O senador norte-americano, Chris Murphy, democrata de Connecticut, criticou o governo de seu país por apoiar a agressão saudita.

“Os Estados Unidos integra esta coalizão. Sem os Estados Unidos, o bombardeio que causou o surto de cólera não teria acontecido”.

A situação é de tal gravidade, avaliam as organizações humanitárias que, ainda que o bloqueio seja levantado já, meio milhão de crianças precisarão de tratamento por desnutrição aguda.

A organização Save the Children (Salvem as Crianças) afirma que se a desnutrição fica sem tratamento, o número de mortes de crianças pode chegar a 30% do total de meio milhão de desnutridos graves a cada ano. “Além das inaceitáveis mortes infantis” adverte Tamer Kirolos da Save the Children no Iêmen, “isso significa centenas de mães a mais enlutadas por seus filhos a cada dia”.

NATHANIEL BRAIA

Zimbábue: após prolongada resistência ao atraso presidente Mugabe renuncia

O presidente do Zimbábue renunciou, dia 21, após uma alentada resistência a abandonar seu posto apesar de instado a fazê-lo por parte da junta militar que comandou um avanço de forças aquarteladas para as ruas e para o cerco à residência de Robert Mugabe, herói da luta pela independência do país e pelo fim da legislação de apartheid similar à imposta na vizinha África do Sul.

Desde o dia 14, que Mugabe resistiu ao cerco e negando-se a aceitar a destituição a partir de um golpe militar.

No sábado, dia 18, o presidente, após acordo com os militares, foi à televisão e fez um pronunciamento à Nação no qual, apesar de todo o anúncio pela mídia, não falou em renúncia, mas nas medidas que urgem ser tomadas para aprofundar o combate à crise econômica.

Ao admitir dificuldades econômicas advindas do bloqueio e sanções impostas de fora, ou seja, pelos Estados Unidos e Inglaterra, ao contrário de aliados às forças que pretendiam destituir-lo, em especial o seu ex-vice-presidente, Emmerson Mnangagwa, que colocam as esperanças no Banco Mundial e “em melhores relações com o FMI”, ou do comandante da organização Veteranos da Luta de Libertação do Zimbábue,

Christopher Mutsvangwa, que afirmou que o caminho é “tornar o Zimbábue amigável ao investimento estrangeiro”, Mugabe afirmou o rumo de confiança nas próprias forças do povo, na “adesão aos princípios que nortearam a libertação”, na “unidade do partido”, destacando que a divisão, que serve aos inimigos da nação, “está se traduzando para os problemas de desempenho econômico”.

O portal sul-africano News24 informa que o ministro da Educação Superior, Jonathan Moyo, mais 50 dirigentes do partido da libertação do Zimbábue, Zanu-PF, juizes, parlamentares e ministros estão no exílio e condenam a ação de destituição do presidente.

A carta de Mugabe admitindo a renúncia, chegou ao presidente da Câmara de Deputados no momento em que as duas casas parlamentares do Zimbábue iniciavam debate sobre a proposta de impeachment entregue pela senadora Mônica Mutsvangwa, esposa do citado acima, Christopher, que pede um país “amigável” ao mercado. O comandante previu o desfecho do processo de impeachment diante do clima criado no país e buscou uma saída honrosa.

Google vai mudar algoritmo para censurar ainda mais RT e Sputnik

O presidente executivo da Alphabet, que controla o Google, Eric Schmidt, anunciou que o monopólio de internet que dirige está trabalhando na modificação de seus algoritmos de busca para esconder os artigos dos portais de notícia RT e Sputnik. “Estamos trabalhando na detecção e descomposição desses tipos de sites – é basicamente RT e Sputnik”, revelou durante um fórum internacional sobre segurança nas redes em Hali-fax, no Canadá. Antes a Google havia tirado a RT da lista de prediletas do YouTube.

“Estamos experimentando engenharia de sistemas para evitar [que o conteúdo chegue a um público amplo]”, acrescentou o capo do Google. Sobre esse reforço na censura às notícias que divirjam da mídia pró-W. Street&Pentágono, Schmidt cinicamente acrescentou que “não queremos proibir os sites – não é assim que operamos” (só impedimos que alguém os acesse...).

Em abril, a Google já havia modificado seu algoritmo do Google News para ocultar o que é dito por sites progressistas e anti-guerra, bem como blogs que critiquem o império, a especulação e o racismo, provocando notável queda no retorno das buscas desses sites. Ao que tudo indica, estão decididos a enveredar ainda mais fundo na violação da livre expressão garantida pela Primeira Emenda à constituição dos EUA, usando como pretexto as “fake news” e a russofobia. Aliás, haverá alguma fake news mais falsa do que o endosso do New York Times e CNN às mentiras de W. Bush contra Sadam e o Iraque? Quem é useiro e vezeiro em fake news?

Na semana passada, a RT foi forçada ao absurdo registro como “agente estrangeiro” pelo Departamento de Justiça dos EUA, sob pena de prisão de seus funcionários e confisco de bens. A Reston Translator, empresa de radiodifusão que arrenda seu tempo de antena ao Sputnik, também foi forçada a fazer o mesmo. A RT também sofreu perseguição por parte do Facebook e Twitter.

De acordo com o Mercury News, o procurador-geral do Missouri, Josh Hawley, anunciou que abriu uma investigação sobre se a Google estava violando leis antitruste e de defesa do consumidor do estado. A investigação, assinalou, é sobre como a Google gerencia os dados pessoais dos usuários, bem como as práticas de desviar conteúdo de rivais e pressionar os sites dos competidores em resultados de pesquisa.

Em abril, uma matéria de opinião no NYT, de autoria de Jonathan Taplin, ex-diretor da Escola de Inovação Annenberg da USC, questionou: “‘É hora de quebrar o Google?’”. Conforme Taplin, em breve “teremos que decidir se o Google, o Facebook e a Amazon são tipos de monopólios naturais que precisam ser regulamentados”. Ele é autor do livro: “Mova-se Rápido e Quebre Coisas: Como o Google, o Facebook e a Amazon arruinam a cultura e comprometem a democracia”. A censura do Google à livre expressão, enquanto finge ser apenas, “um mecanismo de busca” na rede, vai rapidamente jogar mais lenha nessa fogueira.



Merkel poderá ter de convocar nova eleição

FDP sai e ‘coalizão Jamaica’ de Ângela Merkel faz água

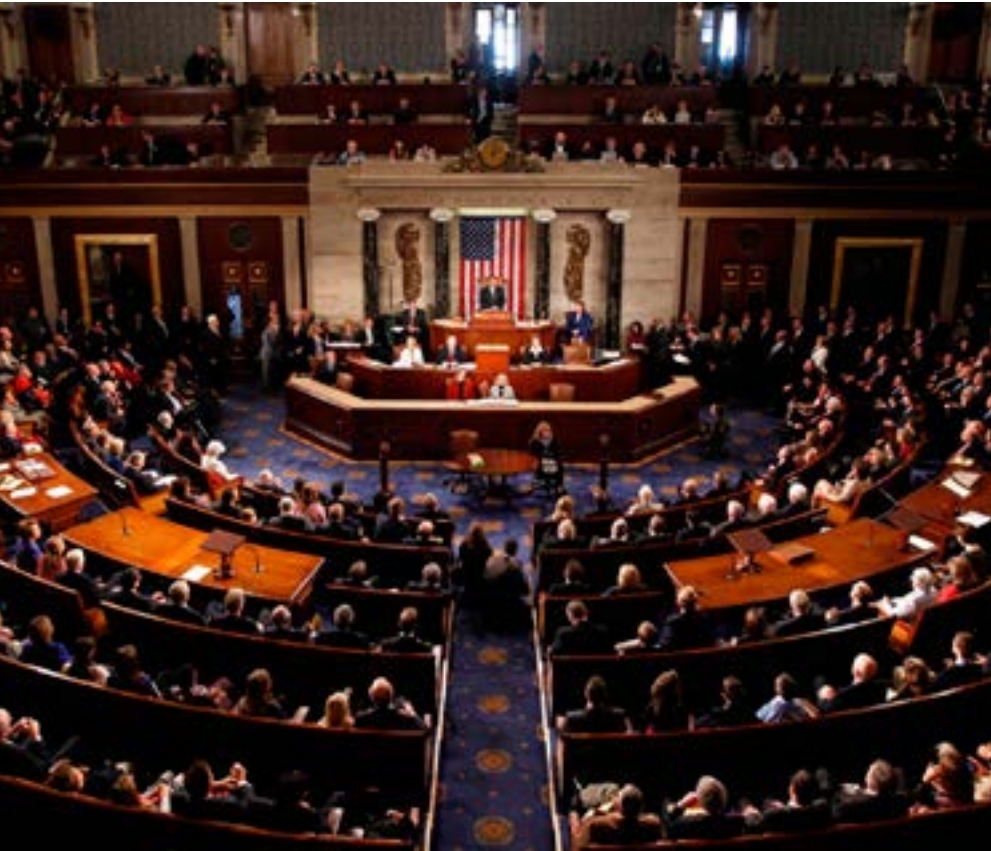
Após quase nove semanas, as negociações entre democrata-cristãos, verdes e liberais para formação da coalizão de governo na Alemanha entraram em colapso, após a retirada dos liberais (FDP), o que levou a primeira-ministra Ângela Merkel a admitir até mesmo novas eleições, já que não considera sustentável um governo de minoria. A coalizão tentada por Merkel foi apelidada de “Jamaica” pelos meios de comunicação alemães, porque os partidos integrantes têm as cores da bandeira jamaicana.

A situação é sem precedentes no pós-guerra, com o presidente da república, o social-democrata Franz-Walter Steinmeier, conclamando todos a ajudarem a “encontrar uma solução”. A posição atual dos líderes social-democratas é não reeditar a chamada “grande coalizão” com os democrata-cristãos que governou o país no período anterior.

Nas eleições de setembro, o CDU/CSU de Merkel obteve o pior resultado desde 1949, caindo para 33% dos votos e 246 deputados. Os social-democratas ficaram em segundo, com 20,5% e 153 deputados. O partido de extrema-direita AfD teve 13%. Desde que o SPD, no governo Schroeder, enfiou a sua ‘reforma trabalhista’ goela abaixo dos trabalhadores alemães, os social-democratas não conseguem vencer uma eleição nacional.

As negociações da coalizão para sustentar mais um governo Merkel emperraram, dada a impossibilidade até aqui em concordarem sobre a política de refugiados e asilo, alcance do fechamento de usinas de energia a carvão e medidas para manutenção do “austericídio”, como a eliminação do chamado “imposto de solidariedade” destinado a minorar o depauperado leste anexo.

Trump transfere para magnatas US\$ 3 tri com corte de imposto



Câmara votou a jato a colossal transferência de renda para monopólios e magnatas

Homeland marca data para expulsão de 50 mil haitianos vítimas do terremoto: junho de 2019

O governo Trump anunciou que não vai renovar o status de proteção temporária (TPS) para mais de 50 mil haitianos com residência legal provisória nos EUA, o que foi explicado não pelo agravamento da xenofobia na Casa Branca, mas “devido aos notáveis progressos realizados desde o terremoto de 2010 no Haiti”.

A decisão foi revelada pela secretária interina da Homeland [Departamento de Segurança Interna], Elaine Duke, e esses refugiados terão 18 meses até a data final de expulsão no dia 22 de junho de 2019.

Para o Homeland, as “condições causadas pelo terremoto de 2010 não existem mais”. Em maio, o Departamento havia estendido em seis meses a permanência dos haitianos. De acordo com o DHS, quase 98% dos campos de pessoas deslocadas no terremoto do Haiti encerraram as atividades.

Segundo a mídia norte-americana, a maioria das pessoas com o status TPS chegou aos EUA ile-



Casa Branca marca data para expulsar haitianos

galmente, mas puderam ficar graças a uma lei de 1990 que permite permanência legal em caso de instabilidade no país de origem em decorrência de catástrofes naturais ou guerras.

Autoridades haitianas

e vários parlamentares norte-americanos pediram que os haitianos não sejam expulsos, devido à instabilidade política e à crise econômica no país mais pobre do continente americano.

ACLU denuncia abuso da polícia em toque de recolher em Baltimore

A polícia de Baltimore, maior cidade do estado de Maryland, decretou “lei marcial” em um bairro de West Baltimore onde o detetive Sean Suiter foi assassinado na quarta-feira (15). Suiter estava patrulhando as ruas quando abordou um homem suspeito e foi alvejado na cabeça, morrendo pouco depois de chegar ao hospital.

Em resposta ao crime, a polícia de Baltimore reagiu desproporcionalmente ao transformar o bairro em uma grande “prisão ao ar livre”, fechando as ruas e estabelecendo postos de controle para os cidadãos. Outro grupo de oficiais, portando equipamentos táticos, passavam de porta em porta para revistar as casas, conforme noticiou o site Baltimore Brew. Muitos residentes foram proibidos de entrar em seu próprio bairro, a menos que portassem identificação adequada.

“Eles estiveram na minha casa três vezes perguntando: ‘Você ouviu alguma coisa? Você sabe alguma coisa’,

disse Edward Stanley, um residente local, que teve de comprovar residência antes de entrar no bairro. Outra moradora, Shelly (25), relatou a situação: “Eles sabem que eu vivo aqui. Me viram entrando e saindo do bairro. Mas o policial me derrubou mesmo assim”.

“Eles queriam saber onde eu estava. Por que eu tenho que dizer isso a ele? Só estou tentando ir para minha própria casa”, disse Samantha (50), que acompanhava Shelly. “Nós não recebemos nosso correio desde o incidente. O município vai pagar as taxas atrasadas das minhas contas?”

Outra mulher, que preferiu não se identificar, disse que o assassinato do policial é algo muito triste, mas que não justifica o abuso policial e o desrespeito aos moradores. “É tão triste o que aconteceu com o oficial, espero que eles peguem o culpado. Porém o que está acontecendo é muito abuso.

Nunca vi nada parecido”.

A União Americana pelas Liberdades Civis de Maryland (ACLU, nas siglas em inglês) divulgou um comunicado manifestando sua preocupação devido aos abusos policiais que tem imposto revistas aos moradores, que em algumas ocasiões chegaram a ser impedidos de entrar no bairro. “Embora a busca de um assassino seja uma alta prioridade para a polícia, os limites legais para a ação policial não desaparecem. Nesse sentido, pelo menos um tribunal federal disse que a adoção do sistema de isolamento e postos de controle são inconstitucionais”.

Ainda para a ACLU, “a necessidade de preservar as evidências na cena do crime de contaminações não explica a ampla área de restrição adotada nos dias após o incidente”. Até agora ninguém foi preso ou apontado como suspeito e maiores informações permanecem escassas a todos os moradores e imprensa.

Okinawa: marine embriagado bate caminhão e mata idoso

Um idoso japonês foi morto em Okinawa no domingo (19) em batida provocada pelo avanço de semáforo de um caminhão conduzido por um marine embriagado. O crime ocorreu às 5h30 da manhã na capital, Naha, e a vítima, Hidemasa Taira, de 61 anos, foi levado para o hospital, mas não resistiu.

Teste de bafômetro feito pelo marine, James McLean, mostrou que o nível de álcool no sangue era três vezes maior de que o limite

legal, conforme a emissora NHK. Taira estava ao volante de seu carro, que foi atingido em cheio pelo caminhão, que vinha no sentido contrário.

Como outras brutalidades anteriores cometidas por marines fora de controle, essa nova morte deverá causar mais indignação na população da ilha, que entra ano e sai ano não vê solução para a ocupação por 25 mil soldados norte-americanos em Okinawa.

Tentando amainar os protestos, o Pentágono anunciou que a compra e consumo de álcool está proibido dentro ou fora da base em Okinawa. “Efeito imediatamente, os membros do serviço dos EUA em Okinawa estão restritos a base e às suas residências. Até novo aviso, o consumo de álcool é proibido. Isso inclui residências e locais públicos, como bares e clubes, e hotéis”, assinalou comunicado emitido no domingo.

Reforma pró-bilionários cortará US\$ 800 mil de imposto/ano para famílias dos 0,1% mais ricos e apenas US\$ 180 para cada família com renda anual de US\$ 48.700. Esbulho ainda irá ao Senado

Se sequer uma única audiência pública de discussão, a Câmara de Deputados dos EUA aprovou a jato proposta de reforma fiscal patrocinada pelo presidente Donald Trump que transfere US\$ 3 trilhões dos mais pobres para os magnatas e corporações em dez anos, através do corte de imposto e outras regalias. Para entrar em vigor a medida ainda depende de aprovação no Senado.

“Um grande e lindo presente de Natal” - supostamente para “o povo americano”-, assim Trump descreveu no início do mês sua reforma fiscal. O campeão da “drenagem do pântano” teve a desfaçatez de chamar de “Lei dos Empregos e Corte de Impostos” essa transfusão de US\$ 3 trilhões para monopólios e rentistas, que agrava a já descomunal e obscena desigualdade de renda nos EUA.

A reforma - há quem chame de fraude - fiscal de Trump visa também manter sua base de apoio entre os magnatas e especuladores num momento em que o investigador especial Robert Mueller vai tecendo sua teia na chicana do “Rus-siagate” e no impeachment.

Conforme estudo citado pelo New York Times, os 1% dos contribuintes mais ricos serão beneficiários de mais de 50% da redução de impostos. A surrada alegação de Trump para a pilantropia é que, ao desviar dinheiro dos impostos nessa monta para monopólios e rentistas, advirá uma enxurrada de investimentos produtivos privados, criando novos empregos de salários melhores, na enésima versão do conto neoliberal do “gotejamento” inaugurado por Madame Thatcher.

Não é por falta de dinheiro que as corporações ianques não investem - só no exterior detêm US\$ 2 trilhões em paraísos fiscais -, mas porque a ‘recuperação’ pós-2008 tem pés de barro, e a única coisa que realmente cresce nos EUA é a bolha de tudo de Wall Street e a recompra de ações para pagar mais dividendos a executivos e especuladores.

Aliás, 400 bilionários - um deles um Rockefeller - chegaram a enviar carta ao Congresso dizendo que não precisavam de mais cortes de impostos e afirmando que, se tiverem mais dinheiro, não vão produzir a mais, vão é especular - “poupar”, como disse um dos signatários.

MANÁ

O maná de US\$ 3 trilhões se distribui entre corte de impostos para monopólios (US\$ 1,5 trilhão), corte de imposto adicional (ATM) às famílias abastadas (US\$ 696 bilhões) [as de renda anual entre US\$ 200.000-1.000.000], redução do imposto ‘pass through’ de pequenos e médios empresários (US\$ 597 bi) via taxa menor de 25%, aumento do limiar para pagamento do imposto de herança e sua supressão até 2025 (US\$ 151 bilhões) e mais US\$ 250 bilhões em bondades diversas arroladas nas 400 páginas da lei.

Esses US\$ 1,5 trilhão em dez anos se deve a que o imposto de renda das corporações será rebaixado de 35% para 20% - o patamar já baixo desde 1939 - embora já fosse na prática bem abaixo, graças aos inúmeros buracos na legislação e à prática de manter no exterior o dinheiro das subsidiárias para não pagar imposto.

Bancos, fundos de hedge, e todo tipo de agiota praticam o esporte da evasão fiscal e, como diz o banqueiro Warren Buffet, a secretária dele paga uma taxa de imposto mais alta que ele. Na lei da Câmara, o imposto de renda pessoal é reduzido de sete faixas para quatro, com

a mais elevada mantida em 39,6% mas com limite duplicado, para US\$1.000.000.

O pouco que o projeto de lei dá com uma mão à classe média e aos pobres, como a elevação da dedução padrão (que dobrou) e do subsídio para os filhos, é subtraído com a outra, através da redução ou eliminação de deduções fiscais existentes, como na saúde, educação e nos juros dos empréstimos estudantis. Ainda de acordo com muitas análises, dezenas de milhões de pessoas de renda média acabarão pagando impostos mais altos sob a reforma de Trump.

Assim, enquanto uma família dos 0,1% mais ricos terá um corte médio de US\$ 800.000 por ano, uma família - um casal com um filho - que ganha menos de US\$ 24.850 por ano não terá desconto algum. E uma com renda de US\$ 48.700 anual verá um corte de míseros US\$ 180. A minúscula redução fiscal que muitas famílias da classe trabalhadora experimentarão em 2018 - ano de eleições - depende de um crédito temporário que daqui a cinco anos se transformará automaticamente em aumento da carga fiscal.

É o Robin Hood às avessas. Isso, quando, conforme o Federal Reserve (Pesquisa do Consumidor Financeiro), os 10% mais ricos nos EUA detêm 77% da riqueza, sendo que o 1% superior chegou a 38,5%. Os 90% inferiores caíram dois pontos percentuais entre 2015 e 2016, para 22,9%.

IDOSOS ATINGIDOS

Os idosos também são atingidos. A lei da Câmara elimina as deduções fiscais por despesas médicas que excedam 10% da renda total do contribuinte. Mais da metade dos 8,6 milhões de pessoas que requerem a dedução têm mais de 65 anos, sendo que 49% têm renda anual inferior a US\$ 50.000 e 69%, a US\$ 75.000 de acordo com a AARP, a entidade de aposentados com 38 milhões de membros.

Também revoga a dedução fiscal para pagamentos de juros sobre empréstimos estudantis [a que tinham direito mutuários com renda anual até US\$ 65.000 ou casados com até US\$130.000] que beneficiou 12 milhões de pessoas em 2015.

No Senado, a possibilidade de que um projeto 100% Trump de reforma fiscal passe, escapando à sorte que sua revogação do Obamacare teve, é igualmente frágil, dada a pequena maioria republicana. Mas os democratas não querem de forma alguma ficar mal com as altas rodas, nem com Wall Street, e ao invés de cortar o imposto das corporações de 35% para 20%, querem 25-28%. Já quanto a cortar recursos para o Medicare e para os programas sociais, juram fazê-lo sempre com “dor no coração”.

Conforme o NYT, o presidente Trump afirmou a seus correligionários que, resolvida a reforma fiscal, estará na ordem do dia a “reforma do bem estar social”. Traduzindo, como vão cortar em dez anos US\$ 3 trilhões na receita, vão alegar que é preciso sangrar os programas sociais, o Medicare, o Medicaid e a previdência por causa do “déficit”. Para o que bem serve aquela lei de 2010 - aprovada ainda sob Obama - que força cortes automáticos em caso de déficit.

No mais, a grande explicação para o que o NYT chamou de “estonteante” velocidade de aprovação da reforma fiscal na Câmara dos Deputados acabou vindo mesmo foi do senador republicano Lindsey Graham: se o Congresso não conseguir um corte de imposto “as contribuições financeiras [para as campanhas] vão parar”.

ANTONIO PIMENTA

Consciência Negra: o Brasil quando Luiz Gama iniciou o combate pela Abolição

Em homenagem ao Dia da Consciência Negra, publicamos nesta página um trecho de “**O Precursor do Abolicionismo no Brasil (Luiz Gama)**”, de Sud Mennucci. O livro de Mennucci - professor, geógrafo, escritor e jornalista (foi diretor de “O Estado de S. Paulo” em sua fase pública, de 1943 a 1945) – apareceu, na Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional, em 1938. É hoje a obra

clássica sobre a vida de Luiz Gama. Abaixo, condensamos o capítulo “Influência do novo ambiente”, que aborda o país em que Luiz Gama iniciou a sua luta. No momento em que um governo reacionário e corrupto quer fazer o país voltar – ou coisa pior – à época da escravidão, tal texto é altamente instrutivo. Assim como é inspiradora a vida do homem que enfrentou essa realidade. C.L.

SUD MENNUCCI

A escravidão sempre foi, em toda a parte, e, portanto, aqui também, uma questão suja, nojenta, repugnante. O primeiro desapontamento, profundo, enervante, contrastador, que a escravidão reservava a um homem com a privilegiada inteligência de Luiz Gama, foi o verificar que a sociedade brasileira em peso considerava o negro como não sendo gente. A classificação de “folégo-vivo”, que se lhe dava nos engenhos, respondia cabalmente ao conceito fundamental de que os negros não se diferenciavam em nada dos demais semoventes que a propriedade comportava. E o regime de servidão que se lhes aplicava não só não constituía crime algum, mas era, ao contrário, a única forma de proteção e defesa do próprio negro, como as jaulas e as gaiolas dos animais, nos jardins zoológicos. As provas abundam. Uma é, sem dúvida, decisiva e definitiva, quanto a essa maneira de pensar e de sentir: a marca a fogo com o nome do senhor no corpo dos escravos. Ao tempo de Luiz Gama, a praxe continuava, em pleno vigor, embora a Constituição do Império, promulgada a 25 de março de 1824, contivesse este dispositivo salutar e terminante:

“Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis”. (art. 179 § 19).

Gama, porém, tivera carra-das de razão quando soltara o epigrama viperino das “Novidades Antigas”, para cravá-lo, como uma comenda, no peito dos juristas:

Doutores da Verdade, do Direito - Mas que ao 'torto' também lá dão seu jeito.

Efetivamente, os senhores continuaram a aplicar todas essas formas brutaliíssimas de castigo e quando solicitados em juízo, a jurisprudência pátria achou o escaninho salvador pelo qual se esgueirou o direito de persistir nas práticas cruéis da repressão doméstica. “O jeito” consistiu em declarar, peremptoriamente, que a Constituição do Império se referia a cidadãos e os escravos não pertenciam a tal categoria. De fato, escravo era gado.

Evaristo de Moraes, no seu “**A Campanha Abolicionista**”, arrola anúncios em que as marcas de fogo são confessadas publicamente e, entre eles, um que deixa os contemporâneos em suspenso, transcrito do “Diário de São Paulo”, de 19 de dezembro de 1884 e assim concebido:

“ESCRAVO FUGIDO
Acha-se acoutado nesta cidade o escravo pardo de nome

Adão, de 29 anos de idade, pertencente ao fazendeiro abaixo-assinado. É alto, magro, tem bons dentes e alguns sinais de castigos nas costas, com as marcas S. P. nas nádegas. É muito falador e tem por costume gabar muito a província da Bahia, donde é filho. Quem o prender e levar à Casa da Correção será gratificado com a quantia de 200\$000. São Paulo, 17 de dezembro de 1884. Saturnino Pedroso”.

Vejam a idade do negro, 29 anos. Reparem na data do anúncio, há pouco mais de três anos de antecedência da Lei Áurea.

“LIVRES”

A lei de 7 de novembro de 1831 estabelecera que os africanos boçais, isto é, os ignorantes da língua e dos costumes da terra, importados depois da lei em vigor, seriam devolvidos ao seu país de origem, pagando as despesas o importador da mercadoria.

Os interesses dos que governavam o Brasil, pois a monarquia foi sempre dirigida pela aristocracia rural, conseguiram encontrar, desde logo, dificuldades nessa devolução e, alegando mil pretextos e desculpas, foi a administração pública deixando esses pretos aqui mesmo.

“Sei que, sobretudo, pesou para isso a conveniência que se tinha em vista de encher o país de trabalhadores adaptados ao seu clima; sei que se alegava como inépcia reexportar braços que já se possuíam, e de cuja criminosa introdução não era o governo culpado”. Assim escrevia Tavares Bastos, em 1861, nas suas admiráveis “**Cartas do Solitário**”. E acrescentava, num assomo de coragem para o tempo:

“Eis aí a linguagem do egoísmo”. Egoísmo era um eufemismo para disfarçar o verdadeiro nome dessa torpe traficância. Mantidos aqui os africanos boçais, que legalmente eram irredutíveis ao cativo, começou o jogo de astúcia para levá-los, aos poucos, até o tronco dos escravos.

A lei mandava que se lhes entregasse uma pequena lata, pendurada ao pescoço, contendo uma carta declaratória de que o portador era livre. Mas como esses negros, “livres”, não podiam ficar inutilmente pesando sobre as arcas da Fazenda Pública, estabeleceu-se que eles teriam de trabalhar 14 anos em serviços públicos, “enquanto não fossem reexportados”.

Estávamos caminhando para o *desideratum* escravocrata. Já houvera os pretextos para não reembargar os negros. Agora, já havia a forma para coonestar a demora da devolução, fazendo-os trabalhar afim de que pagassem o próprio sustento.

Escravos

Vende-se um perfeito cosinheiro de forno e fogão, e bolieiro; pôde-se dar para experimentar; dous lindos moleques para lavoura, de 14 a 15 annos; uma rapariga para mucama, perfeita; tres cosinheiras que lavam e engomnam. Para ver e tratar, rua de S. José, 27. 4-2

Aluga-se

um moleque, na rua da Imperatriz n. 2 A.

Esclavo fugido

Acha-se fugido desde o dia 3 de março proximo assado, o escravo de nome Joaquim, do nação Congo, idade 61 annos, mais ou menos, cor preta, cabelos brancos, tanto os da barba como os da cabeça, lhos grandes, bons dentes, bastante baixo, tendo o edo grande da mão direita mutilado. E' cosinheiro, diligente e servil, tem modos humildes e atrahentes, mas é dado ao vicio da embriaguez. Gratifica-se convenientemente a quem o apprehender e levar á cadeia do Pacemid de Cima. 5-5

Anúncios publicados nos jornais do séc. XIX

O terceiro passo aí vinha. Foi quando o Governo, atendendo a reclamos dos lavradores, achou de bom alvitre alugar o trabalho desses homens “livres”.

A principio a medida foi empregada só para o município da Capital. Depois, a cousa estendeu-se, naturalmente, em seguimento a um plano bem amadurecido e bem urdido. Já era uma crueldade aplicar a esses desgraçados o prêmio de 14 anos de servidão por haverem feito, contra a vontade, uma viagem em navio negreiro, nas condições que ninguém ignora. Com o novo sistema de arrendamento do trabalho manual, os boçais “livres”, dentro de poucos anos, se encontraram, de fato e de direito, definitivamente incorporados ao grosso da população escrava. As substituições se haviam operado de mil modos e maneiras, especialmente pelo registro de óbitos de negros. Toda vez que falecia um escravo antigo, o assentamento registrava o nome do boçal livre. E este ia ocupar, legalmente, o lugar vago deixado pelo outro.

A desenvoltura, nessa matéria, foi-se ampliando de tal forma que, enquanto senhores não se arrequeavam de anunciar a venda de africanos livres, o governo tomava medidas muito mais importantes, que tornavam irrecusável a sua completa, total, absoluta convivência nas praxes e práticas que tinham capturado para a escravidão milhares de indivíduos a quem as nossas leis reconheciam o direito de liberdade.

Uma delas não tinha classificação: foi a que, pela lei orçamentária de 21 de outubro de 1843, começou a rubricar como verba de receita ordinária do Estado, a arrecadação dos salários dos negros boçais, salários destinados à formação do pecúlio de reexportação. O dispositivo era tanto letra morta que os estadistas do Império incorporaram essa renda aos proventos normais da administração pública.

Ademais, para que desaparecessem as últimas veleidades desses negros “livres”, portadores da lata escarnecedora, criou-se um sistema aperfeiçoadíssimo de formalidades para que o negro nunca chegasse a obter essa suspirada carta de alforria. Foi ainda Tavares Bastos

quem, no Apêndice IV das suas citadas “**Cartas do Solitário**”, teve a feliz lembrança de transcrever um artigo publicado no “Diário do Rio de Janeiro”, em que se contava a odisseia de um negro boçal “livre”, em busca da sua carta, depois dos 14 anos de servidão. Legou-a aos pósteros como o atestado mais convincente da profunda identificação governamental à causa negra e da corrupção dos homens. Merece traslado esse documento em que se enumeram as infinitas barreiras colocadas propositadamente no caminho de um pobre analfabeto, depois de sugado no seu trabalho de lustros contínuos. Ninguém poderia inventar cousa mais acabada para impedir o acesso à liberdade a respeito de alguns desgraçados que uma lata trágica já declarara libertos.

Dizia o artigo: “Esses infelizes devem resignar-se e esperar.

“O africano livre, entregue ao serviço de particulares ou de estabelecimentos públicos, não passa de um verdadeiro escravo; os que desfrutam seus serviços não caem na asneira de facilitar-lhe a emancipação, e, como escravo que é de fato, não pode adquirir meios pecuniários com que pague a advogados e procuradores para tratarem de sua emancipação.

“Segue-se, portanto, que esses infelizes devem resignar-se com a pulha da lei, ou esperar que o acaso lhes depare um protetor desinteressado e que, revestido da mais evangélica paciência, se prepare a sofrer e acompanhar todas as seguintes provas desta nova inquisição moral:

1º) Pedir ao escrivão dos africanos a certidão demonstrativa de que é passado o lapso de tempo.

2º) Requerer ao governo imperial por intermédio da secretaria da justiça.

3º) O ministro da justiça manda ouvir o juiz de órfãos.

4º) O juiz de órfãos informa e faz volver a petição ao ministro.

5º) O ministro manda ouvir o chefe de polícia.

6º) O chefe de polícia manda ouvir o curador geral.

7º) O curador geral dá a sua informação e faz voltar a petição ao chefe de polícia.

8º) O chefe de polícia manda

ouvir o administrador da casa de correção.

9º) O administrador da casa de correção informa e faz voltar ao chefe de polícia.

10º) O chefe de polícia informa e faz voltar à secretaria da justiça.

11º) A secretaria faz uma resenha de todas as informações para o ministro despachar.

12º) O ministro despacha afinal, mandando passar a carta de liberdade.

13º) Volta a petição ao juiz de órfãos.

14º) Expede-se um aviso ao chefe.

15º) O juiz de órfãos remete a petição ao escrivão e faz passar a carta, que este demora em seu poder até que a parte vá pagar os emolumentos.

16º) Remete-se a carta ao chefe de polícia.

17º) O chefe de polícia officia ao administrador da casa de correção mandando vir o africano.

18º) O administrador manda-o, e o chefe de polícia designa o termo ou município em que há de residir.

19º) O chefe de polícia da corte officia ao da província, a que pertence o termo designado, e remete-lhe o africano acompanhado da carta.

20º) O chefe de polícia da província officia, remetendo o infeliz e a sua carta à autoridade policial do lugar para onde ao chefe de polícia da corte aprovou designar o degredo do homem livre e não condenado por crime algum.

E depois de todo o trabalho, de despesas feitas com procuradores ou veículos para que a petição não ficasse sepultada no *mare magnum* de nossas repartições, o misero africano consegue ser banido do lugar em que residiu por dez, quinze e vinte anos, em que adquiriu raízes, em que começou a preparar o seu futuro, os seus interesses!”

Eis em que dera o refino, o aperfeiçoamento burocrático de governos que declaravam, sempre que podiam, da tribuna das câmaras, o seu máximo empenho em extinguir a mancha negra no Brasil. A insinceridade dessas manifestações ninguém as poderá contestar, desde que tenha lido a confissão do grande jornalista Justiniano José da Rocha, feita na sessão de 26 de junho de 1855, em pleno Parlamento, e que consta dos anais de nossa Assembleia Legislativa. Recontou-a Humberto de Campos no seu “**Brasil Anedótico**”, sob o título de “Confissão de suborno”, extratando-a do 1º volume do livro de J. Nabuco, “**Um Estadista do Império**”, pág. 208.

Justiniano José da Rocha narrou o seguinte episódio: “Distribuíam-se africanos, e estava eu conversando com o ministro que os distribuía, e S. Exa. me disse:

- Então, sr. Rocha, não quer algum africano?
- Um africano me fazia conta – respondi-lhe.
- Então, por que o não pede?
- Se V. Exa. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas.

O ministro chamou imediatamente o oficial de gabinete e disse-lhe:

- Lance na lista um africano para o dr. Rocha, um para o dr. Fulano, e outro para o dr. Fulano”. Não tenho o menor desejo, nem experimento o mínimo prazer em acusar a monarquia, mas são os fatos que falam por si mesmos e são eles que justificam a atitude intransigente, intratável, intolerante se quiserem, mas indiscutivelmente cheia de nobreza e de beleza de Luiz Gama, combatendo de todas



as formas a negregada instituição e negando crédito às tão gabadas, mas nunca provadas, tendências emancipadoras da Coroa e dos governos.

Como poderia ele acreditar nessa gente, se os jornais, em 1862, segundo refere o já citado Tavares Bastos, noticiavam que se havia negado a carta de alforria definitiva a africanos “livres”, empregados nos serviços públicos desde 1831? Os 14 anos, estatuidos pela administração, haviam se transformado em mais de 30 e nem sequer depois desse dilatado prazo, que é o normal para a aposentadoria dos funcionários públicos, achavam os governos do Império motivo para dispensar dos trabalhos o desgraçado pária, que, desde a sua entrada no país, a lei reconhecera “livre”?

Como confiar na palavra desses homens, se o Ministro da Agricultura, por aviso de 13 de setembro de 1862, remetia ao Presidente da Província do Amazonas, que lhos solicitara, 30 africanos emancipados a fim de servirem nas obras públicas?

Conta Suetonio (Ferreira Viana), em “**O Antigo Regime**”, pág. 73, que entre os escravos que serviram no Exército (na Guerra do Paraguai) houve um que se alistou sem o consentimento do senhor. Feita a campanha, voltou num posto inferior, tendo-se distinguido em diferentes combates.

O senhor, logo que soube de sua chegada, reclamou, exigindo em troca forte quantia. Houve grande discussão a esse respeito, entre o ministro e o Imperador, entendendo este que se devia entregar o soldado, para não satisfazer a especulação do senhor, opinião que prevaleceu. [NOTA: *Apud Sussekind de Mendonça*, em “**Quem foi Pedro II**”.]

Tínhamos perdido a noção moral mais simples e mais rudimentar, quando se tratava de escravos. Não eram gente. E fomos indo de queda em queda, de abaixamento em abaixamento, para a integral eliminação das normas de ética, até mesmo daqueles elementaríssimos, sumarríssimos preceitos que já nem constituem patrimônio dos homens conscientes, mas aquisição instintiva dos brutos.

Encontrei em o nº 11 da “Província de São Paulo”, de 16 de janeiro de 1875, na sua seção forense, o *compte rendu* da apelação civil nº 67, da comarca de Amparo, e que viera parar no Tribunal de Justiça da Capital.

Era o caso de um senhor da-quele município, que, ao morrer, deixara todos os seus haveres a um rebento bastardo, fruto de seus amores com uma escrava. Ora, por motivo que não vem ao caso apurar, entre os bens do herdeiro figurava também a própria mãe. Esta reagira contra a situação, de vez que o filho, ou por não ter idade para deliberar ou por qualquer outra razão, não lhe concedera a liberdade, e viera pleitear, perante a justiça, contra a inacreditável aberração de ter de ser escrava de seu próprio filho.

O Juiz de direito da comarca (cujo nome, generosamente, não quis indagar) julgara imprecidente a ação intentada pela negra “por não achar ilegal que a Autora fosse, ao mesmo tempo, mãe e escrava de seu senhor”.

O Tribunal, para honra nossa, reformou a sentença, libertando a mulher, fundamentando o acórdão em que “nada havia mais repugnante e imoral do que o espetáculo de uma mãe sujeita ao cativo de seu próprio filho”.

Uma instituição que era capaz de dar guarida à discussão jurídica de fatos desse jaez, que nos punham fora não só da humanidade mas do próprio reino animal, que nos putrefizera os últimos resquícios de pudor, que nos apagara, no cérebro morbidamente desfiado, os derradeiros vislumbres daquelas regras que haviam erigido a civilização, uma instituição assim asquerosa, tinha de morrer. Precisava desaparecer. A reação contra ela, era a luta pelo direito de continuarmos a viver como nacionalidade. Ou debelávamos a corrupção que nos gangrenava a alma, ou submergíamos na noite trágica dos povos perdidos. Não havia alternativa.

CONVITE

O Jornal Hora do Povo tem a honra de convidá-lo (a) para a apresentação de seu novo portal: **horadopovo.org.br**

O evento será realizado no próximo dia **30 de novembro**, na sede do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, às **19 horas**

Venha confraternizar com a equipe da Hora do Povo!

INFORMAÇÕES

(11) 2307-4112 / (11) 95710-7698
Camila Severo

SINDICATO DOS JORNALISTAS DE SÃO PAULO

Rua Rego Freitas, 530 - Sobreloja
Vila Buarque – SP